

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ATUARIAIS

SARA MOREIRA REZENDE

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA NO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO EM TERMOS DE GÊNERO E ESCOLARIDADE**

BELO HORIZONTE

2021

SARA MOREIRA REZENDE

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA NO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO EM TERMOS DE GÊNERO E ESCOLARIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Atuariais do Departamento de Estatística do Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Ciências Atuariais.

Orientador: Bernardo Lanza Queiroz

BELO HORIZONTE

2021

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, pelo seu imensurável Amor e cuidado em todo o tempo que estive na universidade e me proporcionar caminhos aos quais achava não ser capaz de passar e obstáculos que acreditei serem maiores que eu. Sua presença me acompanhou do início ao fim e por isso dedico primeiramente a Ele. Toda Glória e Toda Honra a Jesus, meu Salvador.

Agradeço à minha família, em especial a minha mãe, meu exemplo de vida, minha força, agradeço as orações e todo amor e compreensão ao longo deste tempo, e também aos meus irmãos por caminharem juntos comigo todos os dias.

Agradeço ao meu coordenador, Professor Bernardo, por iniciar este trabalho comigo e me ajudar a concluí-lo. Grata por todo apoio, paciência, disponibilidade e orientação para que este trabalho fosse realizado, sua ajuda foi essencial para a conclusão do trabalho.

A todos os meus colegas e amigos, minha imensa gratidão pela ajuda direta ou indiretamente.

RESUMO

Este trabalho destina-se a mostrar como a pandemia impactou o mercado de trabalho em termos de gênero e escolaridade no Brasil. Para que isso fosse possível, utilizou-se dados da PNAD Contínua trimestral bem como dados da PNAD Covid no qual possibilitou usar três principais indicadores do mercado de trabalho no intuito de comprovar tal impacto. Esses indicadores foram: taxa de participação, taxa de desocupação e rendimento médio relativos ao sexo e nível de instrução. Dessa maneira, construiu-se primeiramente um referencial teórico voltado para descrição breve das pandemias mundiais e os impactos ao longo da história além de trazer a realidade do mercado de trabalho brasileiro no período pré pandemia e os impactos da pandemia em todo o mundo. Logo, através dos microdados da PNAD contínua verificou-se que houve um aumento da taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho bem como queda nas taxas de participação na força de trabalho, mas de forma assimétrica no que se refere a questão de gênero. De fato, os mais afetados em termos de perda de ocupação foram as mulheres e os de menor nível de escolaridade.

Palavras-chave: COVID-19. Mercado de Trabalho. Gênero. Escolaridade. Microdados da PNAD Contínua.

ABSTRACT

This work aims to show how the pandemic has impacted the labor market in terms of gender and education in Brazil. For this to be possible, data from the PNAD Continuous Quarterly was used, as well as data from PNAD Covid, which made it possible to use three main indicators of the labor market in order to prove such impact. These indicators were: participation rate, unemployment rate and average income relative to sex and level of education. In this way, first a theoretical framework was built, aimed at a brief description of global pandemics and the impacts throughout history, in addition to bringing the reality of the Brazilian labor market in the pre-pandemic period and the impacts of the pandemic worldwide. Therefore, through continuous PNAD microdata, it was found that there was an increase in the rate of unemployment and underutilization of the workforce, as well as a drop in participation rates in the workforce, but in an asymmetric way with regard to the issue of gender. In fact, the most affected in terms of job loss were women and those with a lower level of education.

Keywords: COVID-19. Job market. Genre. Schooling. Continuous PNAD.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Taxa de desocupação e taxas combinadas (%) de subutilização da força de trabalho no Brasil das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência -Brasil 2012 –2021	39
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Taxas de desocupação nos trimestres selecionados no período 2012- 2021 (em %)	21
TABELA 2 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade (em %).....	22
TABELA 3 - Tabela 3 - Distribuição percentual (%) das pessoas de 14 anos ou mais de idade, fora da força de trabalho, na semana de referência, por sexo -Brasil -1º trimestre de 2015-2021.....	22
TABELA 4 - Descrição dos principais indicadores	27
TABELA 5 - Taxa de participação na força de trabalho (%), por nível de instrução - série histórica – Brasil	37
TABELA 6 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)- por nível de instrução - série histórica – Brasil	45
TABELA 7 - Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	49
TABELA 8 - Pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação e o sexo- Brasil - 2º trimestre 2020.....	52
TABELA 9 - Pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação e o sexo- Brasil - 1º trimestre 2021.....	53
TABELA10 - Percentual de domicílios que recebem auxílio emergencial (%) - novembro 2020.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Taxa de participação na força de trabalho - série histórica - Brasil	29
GRÁFICO 2 - Taxa de participação na força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo - série histórica – Brasil.....	31
GRÁFICO 3 - Motivos para não estar na Força de Trabalho – 1º trimestre de 2021 - (%).....	32
GRÁFICO 4 -Motivos para não estar na Força de Trabalho – 2º trimestre de 2020 - (%).....	33
GRÁFICO 5 - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução (%) - série histórica – Brasil	35
GRÁFICO 6 - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) - série histórica- Brasil	36
GRÁFICO 7 - Taxa de desocupação - série histórica – Brasil	38
GRÁFICO 8 – Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade - por sexo - série histórica –Brasil	40
GRÁFICO 9 – Percentual da população brasileira - série histórica (%).....	41
GRÁFICO 10 – Taxa composta de subutilização da força de trabalho – por sexo – série histórica – Brasil	43
GRÁFICO 11 – Rendimento - mês de Novembro de 2020	47
GRÁFICO 12 - Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2012-2021 - (em R\$)	48
GRÁFICO 13 - Rendimento médio real de todos os trabalhos, por sexo - série histórica - Brasil	51
GRÁFICO 14 - Rendimento médio relativo (%) com valor de referência (com base igual a 100), por nível instrução - série histórica –Brasil	54
GRÁFICO 15 - Rendimento médio relativo por sexo e instrução - 1º trimestre de 2021.....	56
GRÁFICO 16 - Rendimento médio relativo por sexo e instrução - 4º trimestre de 2019	57
GRÁFICO 17 - Rendimento médio relativo por sexo e instrução - 2º trimestre de 2020	57

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PERSPECTIVA HISTÓRICA	12
2.1. As pandemias mundiais ao longo da história	12
2.2. O surgimento do COVID-19.....	16
3. OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO EM TODO O MUNDO – VISÃO GERAL.....	18
3.1. O mercado de trabalho brasileiro às vésperas da pandemia.....	20
4. METODOLOGIA.....	25
4.2. Base de dados	25
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
5.1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL.....	29
Erro! Indicador não definido.	
i. Taxa de participação na força de trabalho no brasil – por sexo.....	30
ii. Taxa de participação na força de trabalho no brasil - por nível de instrução ..	33
5.2. TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO BRASIL.....	38
i. Taxa de desocupação no brasil – por sexo.....	40
ii. Taxa de desocupação no brasil – por nível de instrução.....	44
5.3. RENDIMENTOS DO TRABALHO NO BRASIL.....	46
i. Rendimentos do trabalho no brasil – por sexo.....	51
ii. Rendimentos do trabalho no brasil – por nível de instrução.....	54
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

1. INTRODUÇÃO

A pandemia do vírus SARS-CoV-2 foi responsável por mais de 400.000 mortes até maio de 2021 no Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde (2021). Além da trágica perda de vidas e os efeitos sobre a saúde das pessoas afetadas pelo vírus, ela vem produzindo repercussões não apenas de ordem epidemiológica em escala mundial, mas também impactos sociais, políticos e econômicos sem precedentes na história recente das epidemias. No contexto brasileiro, o impacto em termos econômicos tem afetado drasticamente o mercado de trabalho nacional uma vez que o país já estava em um processo de deterioração da economia decorrente de uma expressiva recessão entre os anos de 2015 e 2017 e apresentou apenas pequenos sinais de melhorias em 2018 e 2019 (MATTEI; VICENTE 2020). “Dados do PIB Nacional divulgados pelo IBGE no início de 2019 revelam que o país cresceu em torno de 1%, ao mesmo ritmo que havia crescido em 2017.” (MATTEI; VICENTE, 2020, pg.2) Logo, à medida que a pandemia continua, a perspectiva é que o Brasil enfrente dificuldades agudas nos próximos anos. Com relação ao mercado de trabalho, a profundidade do impacto provocado pelo vírus começa a ser medida por meio de alterações importantes no perfil da população uma vez que um imenso contingente de brasileiros perdeu as fontes de renda e viram as suas perspectivas de futuro diminuírem. (VELOSO, 2021). Além disso, Barbosa, Costa e Hecksher (2020) pontuam que há uma heterogeneidade significativa do impacto da crise no que diz respeito tanto às características individuais dos trabalhadores quanto às suas posições ocupacionais, contratos de trabalho e seus vínculos. Outro fator que deve ser considerado são as diferenças dos trabalhadores do sexo feminino e masculino uma vez que foram afetados de maneiras distintas. Em função disso, é fundamental analisar as projeções futuras para o mercado de trabalho nacional bem como os desafios que o país enfrentará. Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal apresentar os efeitos do COVID-19 no mercado de trabalho utilizando-se da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) contínua no intuito de mostrar como afetou dois grupos especificamente, gênero e grau de escolaridade em nível nacional. O trabalho está dividido em seis capítulos, sendo que o primeiro é composto por essa introdução. Já o segundo contém uma breve apresentação das histórias recentes das pandemias mundiais bem como o surgimento do Covid-19. Já o terceiro está em destaque no trabalho como um capítulo destinado a

apresentar como a pandemia afetou o mercado de trabalho no Brasil e no mundo bem como mostrar o cenário econômico e político brasileiro as vésperas da pandemia. Assim, essa contextualização será útil para elaboração da metodologia do trabalho no capítulo quatro, o que inclui os procedimentos que sistematizam o micro dados da PNAD-COVID. Já, o quinto capítulo envolve a apresentação e análise dos resultados e o último capítulo encontram-se as conclusões finais. Na sequência estão as referências bibliográficas.

2. PERSPECTIVA HISTÓRICA

2.1 As pandemias mundiais ao longo da história

As pandemias e crises econômicas históricas oferecem uma base de evidências rica que pode ajudar a lançar luz sobre a gama de possíveis efeitos de longo prazo do COVID-19. Conforme Arthi e Parman (2020) essas combinações de crise históricas tiveram tempo para se desdobrar totalmente: as consequências de curto, médio e longo prazo desses eventos podem ser observadas diretamente. Além disso, os autores pontuam que:

a perspectiva histórica mostra quanto pode se aprendido uma vez que permite usar dados valiosos para observar não apenas os efeitos de curto prazo das crises como COVID-19 na saúde, trabalho e capital humano, mas também os impactos de longo prazo e intergeracionais ao longo dessas dimensões para os indivíduos e para a economia em geral (ARTHI;PARMAN, pg 4, 2020)

Dessa forma, o contexto histórico abordado no trabalho, restringe-se o foco a cinco eventos mais próximos da pandemia atual: a pandemia de Influenza de 1918 as pandemias de Influenza Asiática (1957-1958) e de Influenza de Hong Kong (1967-1968), Gripe aviária (1997) e Gripe suína (H1N1 – 2009).

Segundo Taubenberger e Morens (2006) estimam que durante a pandemia, cerca de 500 milhões de indivíduos, o equivalente a cerca de um terço da população mundial na época, eram infectado e sintomático. As taxas de letalidade, em mais de 2,5 por cento, eram pelo menos 25 vezes mais altas que em outras pandemias de gripe, tornando o vírus de 1918 especialmente letal. Ao todo, algo entre 50 e 100 milhões de pessoas morreram globalmente. No Brasil, a epidemia iniciou-se em setembro de 1918, após desembarque

de marinheiros doentes em Recife, provenientes de Dakar. A partir da capital pernambucana, disseminou-se para outros estados, seguindo a região litorânea do país e atingindo aproximadamente 65% da população, com 35.240 óbitos estimados. (TAUBENBERGER E MOREN, 2006). Quase metade de todas as mortes relacionadas à influenza durante o período de pandemia ocorreram em pessoas com idade entre 20 e 40 anos (TAUBENBERGER E MOREN, 2006).

A pandemia Influenza Asiática (1957-1958) que se iniciou em 1957, era devida a um vírus menos virulento que o de 1918. Além disso o mundo estava melhor preparado para uma tal eventualidade. Tinha sido criada a virologia moderna e os conhecimentos gripais progrediam rapidamente bem como tinha sido criada as vacinas para a gripe sazonal, que reduziam em dois terços a sua incidência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) tinha criado o Programa de Luta contra a Gripe em 1947 (GREGÓRIO, 2008). Porém, foi responsável por aproximadamente um milhão de óbitos em todo o mundo. No Brasil, um estudo sobre a gripe asiática em Porto Alegre, realizado entre 15 de agosto e 31 de outubro de 1957, indicou que um terço da população foi infectada, principalmente indivíduos oriundos de coletividades de baixa renda. A alta incidência foi observada em crianças. Nesse estudo, cujo levantamento domiciliar apontou que 34% dos habitantes da cidade adoeceram com gripe asiática, o inquérito sorológico revelou que o vírus infectou 54%, demonstrando-se que 20% da população fizeram infecção subclínica, assintomática (COSTA e HAMANN, pg 16, 2016).

Após uma década de ocorrência da pandemia de gripe asiática, a nova cepa de gripe asiática causou uma nova pandemia conhecida como gripe de Hong Kong em 1968 que foi a terceira pandemia do século XX. (GREGÓRIO,2008). Estima-se que a gripe de Hong Kong tenha causado entre 500.000 e dois milhões de mortes em todo o mundo em duas ondas e a complicação mais frequente que levou à morte foi a pneumonia. Conforme Vynnycky; Edmunds (200) a mudança característica da mortalidade para as populações mais jovens e a taxa de letalidade foi mais alta entre as crianças. No caso brasileiro, o país estava sob regime militar e foram estabelecidas a formulação e coordenação da "política nacional de saúde; responsabilidade pelas atividades médicas e paramédicas; ação preventiva em geral; vigilância sanitária de fronteiras e de portos marítimos, fluviais e aeroportos; controle de drogas, medicamentos e alimentos; pesquisa médico-sanitária." (COSTA e HAMANN, pg. 16, 2016).

Já em 1997, foi registrada a presença do vírus de influenza aviária de alta patogenicidade - HPAI, subtipo H5N1, na China. Além das aves, o vírus foi encontrado em seres humanos, transmitido de aves para pessoas pela primeira vez (FACHINELLO, 2008). Entre 2003 e 2004 houve sua rápida propagação, tornando-se uma epidemia na Ásia. Durante o ano de 2005, o vírus se espalhou para outras regiões do mundo alguns países europeus e africanos, conforme reportado à Organização Mundial de Saúde Animal – OIE (FACHINELLO, 2008). Ainda conforme o autor, além de gerar elevada mortalidade entre as aves, especialmente comerciais, o vírus de influenza aviária tem apresentado mutações genéticas, infectando e levando à morte pessoas por meio de surtos epidêmicos em diversos países. (...) Em vidas humanas, o vírus da gripe aviária levou à morte mais de 200 pessoas ao redor do mundo. (FACHINELLO, pg. 12, 2008) No caso brasileiro, o país não registrou casos em humanos nem em aves desde que ocorreram os primeiros casos de gripe aviária, porém, aves migratórias são vetores de transmissão da doença entre grandes distâncias e das diversas rotas migratórias de aves ao redor do planeta, e algumas cruzam o território brasileiro. . Logo, possibilidade crescente de o Brasil também registrar surtos de gripe aviária em seu território tem preocupado autoridades públicas nacionais e agentes do setor privado, já que o país é grande produtor e exportador mundial de frango e a doença pode se tornar um problema de saúde pública. (CALDANA et.al, 2018, texto digital)

Nesse sentido, além das perdas com a mortalidade das aves na região do foco (infectadas ou expostas) e dos gastos públicos para controle, fiscalização e limpeza, a experiência internacional tem demonstrado que a presença do vírus H5N1 em um país provoca queda acentuada no consumo interno e nas exportações de produtos avícolas. (FACHINELLO, 2008, texto digital).

Conforme Fachinello e Ferreira Filho (2010, texto digital), no caso brasileiro, a intensidade potencial dos reflexos econômicos negativos que surtos de gripe aviária com o vírus H5N1 provocaria é considerável.

Além de ter elevada participação na geração de emprego e renda de trabalhadores e produtores e de proporcionar proteína animal de baixo custo para a população brasileira, o setor avícola tem forte vínculo com a produção de grãos e com o comércio e indústria de serviços agropecuários e de transporte. Segundo Guedes (2006), o complexo avícola é responsável por

quatro milhões de empregos diretos e indiretos. (FACHINELLO E FERREIRA FILHO, pg 541, 2010, texto digital)

Em 2009 foi marcado com o surgimento da pandemia de Influenza A (H1N1). Em 24 de abril de 2009, a Organização Mundial da Saúde (OMS) notificou aos países membros a ocorrência de casos humanos de influenza suína, posteriormente denominada Influenza A (H1N1), no México e nos Estados Unidos desde 18 de março de 2009. (MILANESI et. al, 2011, texto digital)

Em 25 de abril, a OMS declarou esse evento como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Imediatamente, no mesmo dia, instituiu-se no Brasil o Gabinete Permanente de Emergência em Saúde Pública (GPESP) para monitorar a situação e indicar as medidas adequadas ao país (MILANESI et. al, 2011, texto digital). Diante desse contexto, iniciou-se com estratégias baseadas em medidas de contenção da doença, identificando-se precocemente os casos, instituindo o tratamento e instalando o isolamento dos mesmos, bem como a investigação dos contatos.

A OMS anunciou uma pandemia de fase 4 (transmissão de humano para humano) em 27 de abril, de fase 5 (transmissão sustentada) em 29 de abril, e de fase 6 (disseminação internacional) em 11 de junho de 2009, em resposta à evidência de grandes surtos em países de diferentes regiões geográficas. Quando a fase 6 da pandemia foi declarada, 30 mil casos já haviam sido notificados em 74 países. A influenza de 2009 durou 472 dias, até 10 de agosto de 2010, quando a OMS declarou o fim da pandemia (COSTA; HAMANN, pg. 17, 2016, texto digital)

A resposta sanitária frente à pandemia de gripe suína seguiu os seguintes protocolos no Brasil: investimento nas ações de vigilância para a rápida detecção de casos suspeitos a partir da rede instalada de vigilância de influenza com agilização dos fluxos de envio de amostras e liberação dos resultados laboratoriais. Foi estabelecido um Protocolo de Notificação e Investigação Imediata e criado aplicativo online do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) para otimizar as notificações. Houve, também, intensificação das medidas sanitárias em portos, aeroportos e fronteiras, assim como recomendações de alerta aos viajantes. O atendimento médico dispensado aos casos e contatos foi descrito em protocolo específico de procedimentos. Houve grande mobilização para o enfrentamento da pandemia, com produção de informação e difusão

nos veículos de comunicação; estruturação das redes de saúde; obtenção de insumos e tratamentos, além de investimento na ampliação da capacidade nacional para produção da vacina específica. (COSTA; HAMANN, 2016, texto digital)

Conforme os autores, “a pandemia de influenza de 2009 foi considerada doença de moderada severidade, com similaridade à influenza sazonal, inclusive na sintomatologia, com tosse, febre elevada e dor de garganta.” (COSTA, HAMANN, pg. 18, texto digital). Os jovens foram os mais afetados, constituindo, principalmente, os casos graves e fatais. Esse fato é o que marca a diferença da influenza sazonal, em que os mais atingidos normalmente são pessoas com mais de 65 anos. Foi observada, em pequena proporção, falência respiratória grave em pacientes com condições médicas de risco para a doença, assim como aumento na incidência de complicações em gestantes.

A influenza pandêmica A (H1N1) no Brasil, foi confirmada em 44.544 casos e causou 2.051 mortes. A taxa de mortalidade foi de 1,1 para cada 100 mil habitantes. As taxas de incidência da doença foram maiores em crianças abaixo de 2 anos de idade e em pessoas entre 20 e 29 anos. As maiores taxas de mortalidade foram observadas em pessoas com idade entre 50 e 59 anos e de 30 a 39 anos e em crianças menores de 2 anos de idade. Cerca de 75% das mortes ocorreram em indivíduos com doenças crônicas subjacentes. (COSTA, HAMANN, pg. 18, texto digital)

2.2O surgimento do COVID-19

Em dezembro de 2019, o médico oftalmologista chinês Li Wenliang alertava alguns colegas, por meio do aplicativo WeChat, da existência de sete pacientes com sintomas parecidos com aqueles da SARS, ou Síndrome Respiratória Aguda Grave¹. Nos

¹ Os coronavírus (CoV) são uma grande família viral, conhecidos desde meados dos anos 1960, que causam infecções respiratórias em seres humanos e em animais. Geralmente, infecções por coronavírus causam doenças respiratórias leves a moderadas, semelhantes a um resfriado comum. Alguns podem causar síndromes respiratórias graves, como a síndrome respiratória aguda grave que ficou conhecida pela sigla SARS da síndrome em inglês “Severe Acute Respiratory Syndrome”, causada pelo coronavírus associado à SARS (SARS-CoV). Em 2012, foi isolado um novo coronavírus, distinto daquele que causou a SARS no começo da década passada. Identificado, inicialmente, na Arábia Saudita e, posteriormente, em outros países do Oriente Médio, na Europa e na África. Todos os casos fora da Península Arábica tinham histórico de viagem ou contato recente com viajantes procedentes de países do Oriente Médio – Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes e Jordânia. Devido à localização dos casos, a doença passou a ser designada como síndrome respiratória do Oriente Médio, cuja sigla é MERS, do inglês “Middle East Respiratory Syndrome” e o novo vírus nomeado coronavírus associado à MERS (MERS-CoV). FONTE: <https://ameci.org.br/infeccao-humana-pelo-sars-cov-2-doenca-pelo-coronavirus-covid-19/> [acesso 24 maio 2021]

primeiros dias de janeiro, as autoridades chinesas haviam repreendido Li Wenliang, juntamente com outros profissionais médicos, por terem divulgado informações sobre uma nova doença provocada por coronavírus semelhante ao da SARS. Advertido pela polícia, Li foi acusado de “perturbar seriamente a ordem social” espalhando “boatos”, o que foi classificado como comportamento “ilegal” pelas autoridades chinesas, podendo resultar em indiciamento policial (MARQUES; SILVEIRA; PIMENTA, 2020).

Foi em meados de dezembro de 2019 que os médicos de Wuhan tiveram contato com pacientes apresentando quadro de pneumonia de origem desconhecida. Os sintomas iniciais, como tosse seca, febre alta e dispneia, evoluíram para um quadro respiratório grave, sendo que alguns casos apresentavam estado crítico (Huang et.al, 2020 citado por Marques; Silveira; Pimenta, pg. 229, 2020). Médicos e autoridades de saúde se mobilizaram diante da doença e, no final de dezembro, a existência de casos de SARS em Wuhan (Reuters, 31/12/2019 citado por Marques; Silveira; Pimenta, pg. 229, 2020). Circulou nas mídias sociais, no dia 31 de dezembro, um primeiro alerta sobre a misteriosa pneumonia de Wuhan foi comunicado à OMS.

A OMS, em 5 de janeiro, a partir das informações dadas pelas autoridades chinesas sobre a nova doença, divulga o tratamento, a condição dos pacientes e das pesquisas e medidas postas em prática no país para o seu enfrentamento. Diante dos dados disponíveis, a recomendação da agência se pautava na observância das medidas de saúde pública e vigilância para influenza e infecções respiratórias agudas graves, desaconselhando “a aplicação de quaisquer restrições de viagem ou comércio à China” (WHO, 05/01/2020 citado por Marques; Silveira; Pimenta, pg. 229, 2020). Dois dias depois, cientistas chineses anunciavam a que o agente causador da doença era um novo coronavírus. Em 10 de janeiro, foram divulgados os primeiros dados de sequenciamento genético do novo vírus (CIDRAP, 2020). Nesse mesmo dia, o Dr. Li começou a sentir os primeiros sintomas da COVID-19.

A primeira vítima da doença foi anunciada pelas autoridades de saúde chinesas no dia 11 de janeiro e, no dia 20 daquele mês, a China declarava que o surto era uma emergência sanitária. Dez dias depois (30/01), o Dr. Li, já internado, informava que seu

teste havia dado positivo para a COVID-19. No dia 7 de fevereiro, o Hospital Central de Wuhan anunciou a morte de Li Wenliang, aos 34 anos. (MARQUES; SILVEIRA; PIMENTA, 2020).

Em meados de janeiro de 2020, a COVID-19 havia rompido as fronteiras da China e os primeiros casos foram reportados na Tailândia, Japão e Coreia. A partir de então, as primeiras medidas visando obstar o curso da doença começaram a ser divulgadas. Fronteiras de países vizinhos à China começaram a ser fechadas, com controle de viajantes procedentes do país, quarentenas de passageiros e de navios inteiros. Companhias aéreas suspenderam voos para a China. Países orientavam a evacuação de seus cidadãos, montando operações de resgate em áreas atingidas pela doença. As máscaras tomaram as escolas, o comércio, os transportes, os parques, as cidades na Europa. As ruas começaram a esvaziar-se, e iniciou-se o isolamento social, quarentena. Na quarta-feira de cinzas (25/02/2020), o primeiro caso da doença foi confirmado no Brasil. Era também o primeiro da América do Sul. (MARQUES; SILVEIRA; PIMENTA, 2020). Na virada para o mês de março, a doença já ultrapassava a centena de casos na Alemanha, na França, em Singapura e no Irã, passando a casa do milhar na Itália, na Coreia do Sul e chegando a quase 80.000 na China. A escalada da doença a partir de então foi exponencial, e o aumento de casos passou a ser acompanhado pelo crescimento inimaginável do número de mortos.

3 OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO EM TODO O MUNDO – VISÃO GERAL

A pandemia da Covid-19 afetou de forma imediata toda a classe trabalhadora do mundo. A crise fez com que muitos setores da economia fossem paralisados ou a produção fosse alterada em outros setores. Na maioria dos países apenas negócios essenciais operaram, enquanto todos os outros suspenderam as operações ou fizeram com que seus funcionários trabalhassem remotamente (CORTES; FORSYTHE, 2020).

Essas mudanças mais amplas na economia afetaram a demanda das empresas por mão de obra e a capacidade e vontade de trabalhar dos trabalhadores. Conforme Khamis

et.al (2020) nos países desenvolvidos, onde os dados estão prontamente disponíveis, os impactos no mercado de trabalho variaram consideravelmente entre os países, dependendo das condições econômicas e do mercado de trabalho iniciais e das variações nas respostas das políticas. Porém, a maioria dos países com dados pós-crise são países de alta renda e há pouco conhecimento sistemático sobre os impactos da crise no mercado de trabalho nos países em desenvolvimento.

Dessa forma, os autores fizeram uma análise dos impactos iniciais do mercado de trabalho conforme os materiais disponíveis. Nos Estados Unidos, a crise levou a perdas generalizadas de empregos, em particular para trabalhadores de baixa renda (Chetty et al., 2020 citado por Khamis et. al., 2020), um colapso nas vagas de emprego com algumas diferenças setoriais (Forsythe, Kahn, Lange e Wiczer, 2020 citado por Khamis et. al., 2020) e aumentos no seguro-desemprego.

No contexto europeu, para a Holanda, von Gaudecker et al. (2020b citado por Khamis et. al., 2020) encontram diferenças entre setores e ocupações, semelhantes ao efeito desproporcional sobre trabalhadores de baixa renda observado por Chetty et al. (2020) citado por Khamis et. al., 2020, para os Estados Unidos, mas eles também descobriram que o impacto do apoio governamental sobre o desemprego foi muito menor do que no contexto dos EUA e do Reino Unido.

Por outro lado, há muito pouca evidência documentada sistemática sobre o impacto da crise sobre diferentes tipos de trabalhadores nos países em desenvolvimento uma vez que a pandemia interrompeu os sistemas tradicionais de coleta de dados em muitos dos esses países e fontes de dados alternativas raramente estão disponíveis. (KUGLER et.al, 2021). Um dos poucos trabalhos desenvolvidos recentemente foi realizado pelo Institute of Labor Economics localizado na Alemanha no qual diversos autores se basearam nas informações de um conjunto de Pesquisas Telefônicas de Alta Frequência (HFPS), coletadas e harmonizado pelo Banco Mundial para 40 países em 5 regiões (13 países na região Subsaariana da África, 12 países da região da América Latina e Caribe, 9 países na região da Ásia Oriental e Pacífico, 5 países na região da Europa e Ásia Central e um país na região do Oriente Médio e Norte da África), para explorar quais tipos de trabalhadores em os países em desenvolvimento foram os mais afetados pelos impactos da COVID-19 no mercado de trabalho. (KUGLER et.al, 2021).

Dessa maneira, o resultado do estudo mostrou que o impacto da pandemia em termos de empregos atingiu principalmente as mulheres, jovens, com menor grau de instrução que vivem no espaço urbano (KUGLER et.al, pg 34, 2021). Os autores pontuam também que nos primeiros estágios da crise (entre março e julho) muitos empregos foram perdidos, mas que a partir do segundo semestre de 2020 houve um aumento, porém não suficientes para compensar as perdas iniciais. Além disso, não se sabe se as novas oportunidades de emprego ofereceram salários ou condições semelhantes aos empregos perdidos, logo, é provável que o reemprego possa ser de menor qualidade e também pode ser de natureza mais transitória. Já para aqueles que permaneceram empregados, quem era assalariado caiu 8% para os jovens, em oposição a 2% para os adultos.

No cenário brasileiro, a pandemia do coronavírus afetou a estrutura do mercado de trabalho de forma intensa durante o ano de 2020. Muitos postos de trabalho tiveram que ser adaptados ao trabalho remoto, sendo que em alguns casos houve mais facilidade do que em outros nessa tarefa, segundo o que apontam diversos estudos realizados até momento. Percebeu-se, no entanto, que a maioria das pessoas que foram para esse tipo de trabalho são: adultos, trabalhadores com ensino superior (que são mais qualificados), empregados na região Sudeste e funcionários no setor de serviços modernos (que paga salários relativamente mais altos) (PIRES; OTTONI; GOMES, 2021). Assim, o potencial de trabalho remoto foi mais favorável para pessoas em situação social mais favorável.

3.1 O mercado de trabalho brasileiro às vésperas da pandemia

Conforme Bridi (2020) a criação de empregos formais e a melhoria dos indicadores sociais durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2015) ocorreram principalmente a economia internacional favorável às commodities bem como a aplicação de políticas públicas para o desenvolvimento da economia do país acompanhada das políticas sociais distributivas, que ampliaram o poder de compra dos brasileiros. Ainda segundo a autora, a intervenção do Estado levou o país ao menor patamar de desemprego da história, com taxas em torno dos 6% de acordo com dados da PNAD-IBGE para o ano de 2013.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o PAC I, que contou com investimentos públicos de R\$ 503 bilhões, e o PAC II, com investimentos em torno de

R\$ 955 bilhões ajudaram ao governo na época a alcançarem resultados positivos do mercado de trabalho uma vez que esses valores foram destinados a obras de infraestrutura, habitação, rodovias, hidrovias, portos, aeroportos, entre outros (BRIDI, 2020)

Dessa forma, esse conjunto de ações resultaram em mudanças no mercado de trabalho de forma significativa como, por exemplo, o setor da construção por se tratar de um dos maiores empregadores do país, foi amplamente favorecida pelos investimentos federais (em torno de \$ 400 bilhões) e viu a evolução do número de empresas ativas e formais. (BRIDI, 2020). De acordo com os dados do IBGE, da Pesquisa Anual da Indústria da Construção, o número de empresas ativas saltou de 52.870 (ano de 2007) para 131.318 em 2015.

Além disso, segundo a autora, os dados do Ministério do Trabalho e Emprego indicam que o setor empregava 1.094.528 (um milhão, noventa e quatro mil e quinhentos e vinte e oito) trabalhadores em 2000 e que em 2013 esse número alcançou 3.094.153 (três milhões, noventa e quatro mil e cento e cinquenta e três) trabalhadores segundo Gomes (2017) citado por Bridi (2020, pg. 143). Além da criação de empregos, a conjuntura era de crescente formalização do vínculo, visto que, por exemplo, as obras públicas dependiam da contratação formal dos empregados e assim, no período entre 2003 e 2014 foram criados mais de 21 milhões de novos postos de trabalho formal.

No entanto, esse ciclo de positividade foi quebrado com as crises econômicas e políticas de 2015 no qual se intensificaram desde então. A tabela 1 mostra o avanço do desemprego a partir do quarto semestre de 2015. Segundo Bridi, esse dado da desocupação, contudo, segundo a literatura, deve ser lido a partir também das informações sobre a subutilização, subocupação, que se refere aos trabalhadores que trabalharam uma quantidade de horas insuficientes no qual é mostrado na tabela 2. A partir de 2016 sobem para mais de 20% em todos os anos analisados. Percebe-se que a subutilização em 2019 e no primeiro e segundo trimestres de 2020, se comparados a 2014, quase dobrou, por exemplo (chegando a 29,1% no segundo trimestre de 2020).

Tabela 1 - Taxas de desocupação nos trimestres selecionados no período 2012- 2021										
(em %)										
Trimestre	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1º trimestre	7,9	8	7,2	7,9	10,9	13,7	13,1	12,7	12,1	14,7
4º trimestre	6,9	6,2	6,5	8,9	12	11,8	11,6	11	13,9	-

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Primeiro trimestre de 2021). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_1tri.pdf> [acesso 15 junho 2021] Elaborado pela autora

Trimestre	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1º trimestre	20,9	17,9	15,5	16,5	19,3	24	24,6	25	24,4	29,7
4º trimestre	16,7	14,9	14,9	17,3	22,2	23,5	23,8	23	29,1	-

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Primeiro trimestre de 2021).

Disponível em:

<https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202101_trimestre_novos_indicadores.pdf> [acesso em 15 junho 2021] Elaborado pela autora.

Outra consideração a ser feita é que ao longo da série histórica a população fora da força de trabalho sempre se manteve em sua maioria por mulheres. Conforme a Tabela 3 a diferença entre os sexos é significativa ao longo dos anos. Assim, percebe-se que a inatividade das mulheres precede a pandemia.

Trimestre	Homens	Mulheres
1º trimestre 2015	34,1	65,9
1º trimestre 2016	33,9	66,1
1º trimestre 2017	34,8	65,2
1º trimestre 2018	34,8	65,2
1º trimestre 2019	35,4	64,6
1º trimestre 2020	35,5	64,5
1º trimestre 2021	35,8	64,2

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Primeiro trimestre de 2021). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_1tri.pdf [acesso 15 junho 2021] Elaborado pela autora

² Taxa composta de subutilização da força de trabalho corresponde aos subocupados por insuficiência de horas + desocupados + força de trabalho potencial. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua –PNAD Contínua

Assim, o cenário do mercado de trabalho sofreu uma degradação entre 2015 e 2016 principalmente devido aos problemas macroeconômicos do governo Dilma. Como visto anteriormente, o país passou por uma forte expansão de crédito e consumo entre 2003 e 2013 e na tentativa de prolongar esse ciclo, o governo petista desonerou bens de consumo e repesou preços públicos para tentar manter na inflação da meta mas o país não voltou a crescer e a inflação ficou no teto da meta. Após a reeleição a equipe ministerial elaborou um plano econômico que não surtiu efeito, mantendo forte intervenção estatal na economia, redução da taxa de juros, elevação de gastos estatais, concessões de subsídios e intervenções em preços que gerou a redução do consumo e perdeu o grau de investimento, levando assim, a uma recessão econômica e ao processo de impeachment de Dilma, tendo assumido seu vice, Michel Temer.

No que se refere ao mercado de trabalho, Bridi afirma que: “o cenário do mercado de trabalho cujos indicadores sinalizam para a degradação nos últimos anos é um processo vinculado aos problemas econômicos decorrentes de uma nova dinâmica instaurada após 2016 com o governo de Michel Temer.” (BRIDI, 2020, pg. 144)

Logo, o governo adotou medidas com objetivo de flexibilização ainda maior do trabalho, dos sistemas de proteção da exploração do trabalhador. Assim, sob o governo de Michel Temer em 2016 (no período que se seguiu ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016), teve-se a reforma trabalhista (ou contrarreforma) no qual, segundo Bridi (2020) o capital financeiro assumiu uma agenda de retroação de sistemas protetivos do trabalho com o objetivo de retomar de forma plena o controle sobre o trabalho, flexibilização de contratos de trabalho, desregulamentação laboral e da responsabilidade individual pelo desemprego.

Emergiu com força total a sanha do desmonte dos sistemas de proteção do trabalho. Em nome de uma suposta austeridade, Temer aprovou a Emenda 95, a Emenda do Teto dos Gastos, impondo um limite por vinte anos no país, gerando efeitos sobre a geração de emprego e da renda, com a paralisação das obras públicas e de programas que favoreciam a criação de empregos e sua formalização. (BRIDI, 2020, pg. 145)

Além disso, a autora pontua que a reforma proporcionou inúmeras consequências no mercado de trabalho como a não criação de empregos bem como a precarização do mesmo. A reforma não cumpriu com a formalização do trabalho uma vez que as taxas de desemprego e a subutilização da força de trabalho (Tabela 1 e Tabela 2) sofreram poucas alterações desde 2016. (BRIDI, 2020).

O dado da série histórica da PNAD mostrou que o desemprego aberto no trimestre imediatamente anterior à vigência da reforma, terminado em outubro de 2017, atingia 12,740 milhões de pessoas, ou 12,2% da população economicamente ativa, contra 12,984 milhões (12,3%) no trimestre encerrado em maio de 2019. O desemprego total em outubro de 2017 contemplava 26,554 milhões de pessoas (23,8%), contra 28,524 milhões em maio (25%). A pesquisa mostrou também que o número de empresas ativas caiu para 126.943 mil (2016) e dois anos depois, em 2018, declinou ainda mais, para 124.522. Esses dados do emprego, as taxas de desocupação e subutilização da mão de obra no país e o crescimento da informalidade demonstram, portanto, a deterioração do mercado de trabalho, fato evidenciado amplamente pelas pesquisas divulgadas pelo IBGE.

Outra questão a considerar é que enquanto empregos formais com contratos intermitentes e parciais cresceram 108.583 entre a implementação da reforma de maio de 2019, a PNAD mostrou que, entre outubro 2017 e maio 2019 surgiram 951 mil novos subocupados, trabalhando menos do que 40 horas semanais. Assim, e com a degradação do mercado de trabalho houve um aumento de trabalhadores informais, sem registro em carteira bem como o crescimento de trabalhadores por conta própria e formas de trabalho ilegal como pontua Bridi (2020) citando Krein e Vêras de Oliveira (2019, p.109-10).

A soma dos sem registros em carteira, dos autônomos e dos empregadores sem CNPJ é bastante expressiva, abrangendo aproximadamente 40 milhões de ocupados em maio de 2019, incluindo os trabalhadores do setor privado sem carteira (11,4 milhões), os domésticos sem carteira (4,49 milhões), os trabalhadores do setor público sem carteira (2,47 milhões), os por conta-própria sem CNPJ (19,09 milhões) e os empregadores sem registro (quase 1 milhão). Neste caso, a denominação mais apropriada não é informalidade, mas ilegalidade, pois se trata de ocupados que, por diferentes razões, estão exercendo atividade profissional fora do marco legal existente no Brasil.

As alterações do direito do trabalho se estendeu no governo de Jair Bolsonaro em 2018. Com uma agenda ultra neoliberal, amplia as reformas pró-mercado articuladas por agentes econômicos e políticos. Extinguiu o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujas competências originais foram migradas para o Ministério da Economia, da Justiça e Segurança Pública, da Cidadania e da Secretaria de Governo da Presidência da República (BRIDI, 2020). Em agosto de 2019, a Medida Provisória n.881/2019 visou a liberdade econômica. Entre os pontos de destaque dessa MP está a reforma previdenciária de 2020 que, segundo os especialistas na área, atinge todos os trabalhadores dos setores público e privado, mas de forma ainda mais contundente os pobres, dada a dificuldade que impôs para conseguirem aposentadoria.

A partir desse breve contexto, a crise sanitária potencializou a fragilidade do mercado de trabalho que vinha em franco processo de deterioração nos últimos quatro anos. Atingiu, contudo, e de forma contundente e de diversas maneiras a classe trabalhadora feminina e com menor grau de instrução como será mostrado na próxima sessão.

4 METODOLOGIA

4.1 Base de dados

O estudo dessa monografia primeiramente se deteve a apresentar as informações teóricas, de caráter exploratório e descritivo, apoiado numa pesquisa bibliográfica com base em diversos autores que abordam os impactos da pandemia do Covid-19 no mercado de trabalho a nível mundial e brasileiro.

Para a análise do impacto no mercado de trabalho brasileiro buscou-se averiguar a intensidade de tal choque a nível educacional e gênero em todo território nacional. Os dados para a implementação das análises foram coletados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19 (IBGE, 2021) que é uma pesquisa em âmbito nacional que permite um acompanhamento detalhado do atual momento do emprego no país. Esses dados divulgados mensalmente, no entanto, se referem sempre ao trimestre móvel, de modo que temos, para cada mês, a média de diversas variáveis no mês de

referência e nos dois anteriores (DUQUE; MARTINS; PERUCHETTI, 2021). Além disso, a PNAD Contínua visa produzir indicadores conjunturais para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e à longo prazo, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do País. É importante destacar, porém, que o IBGE ainda classifica essas estatísticas como experimentais, devendo ser vistas com cautela e não diretamente comparadas às tradicionalmente divulgadas pelo Instituto.

As análises das informações descrevem os metadados estatísticos levantados no primeiro trimestre de 2020 até o primeiro trimestre de 2021. O período escolhido foi a partir do momento que na maioria dos estados brasileiros passaram a restringir atividades sociais e econômicas a partir da declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, de que o surto de Covid-19 se tornaria uma pandemia. No entanto, com relação a série histórica, fez-se necessário considerar para fins de comparação, os períodos correspondentes ao quarto trimestre dos anos de 2012 a 2019.

Dessa maneira, na parte de trabalho, os principais indicadores usados foram: taxa de participação das pessoas na força de trabalho na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%), taxa de desocupação na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) e rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade; todos esses serão considerados tanto ao nível de instrução quanto ao sexo. Os dados foram avaliados à nível de Brasil.

Assim, primeiramente deteve-se em apresentar esses indicadores sobre a população no mercado de trabalho de forma geral e em seguida esses mesmos indicadores levando em consideração as duas características: gênero e nível de instrução. As variáveis gênero foram masculino e feminino. Já as principais variáveis investigadas na parte de educação são: sem instrução, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto e ensino superior completo.

Logo, nos próximos capítulos será mostrado os impactos da pandemia no mercado de trabalho levando em consideração esses indicadores mencionados anteriormente analisando as características gênero e nível de instrução.

Após apresentar a metodologia, é pertinente realizar uma análise descritiva dos indicadores. A Tabela 4 contempla os conceitos e definições para cada uma das variáveis utilizadas neste estudo.

Tabela 4 - Descrição dos principais indicadores	
Indicadores	Descrição
Pessoas em idade de trabalhar	Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.
Pessoas Ocupadas	Pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado ou em trabalho sem remuneração direta
Pessoas Desocupadas	Pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.
Pessoas na força de trabalho	Pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nesse período.
Pessoas fora da força de trabalho	Pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana.
Taxa de participação da força de trabalho	Percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar: $[\text{Força de trabalho} / \text{pessoas em idade de trabalhar}] \times 100$
Taxa de ocupação	Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às

	<p>peças na força de trabalho: $[\text{Ocupados} / \text{força de trabalho}] \times 100$</p>
Taxa de desocupação	<p>Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho: $[\text{Desocupados} / \text{força de trabalho}] \times 100$</p>
Rendimento Médio Real Habitual das Pessoas Ocupadas em Todos os Trabalhos	<p>É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços do mês do meio do trimestre mais recente que está sendo divulgado. O deflator utilizado para isso é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.</p>
Subutilização da Força de trabalho	<p>é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação, que tem como objetivo fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação. São identificados três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois componentes integram a força de trabalho: i) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os ii) desocupados; a eles se somam os que integram a iii) força de trabalho potencial.</p>

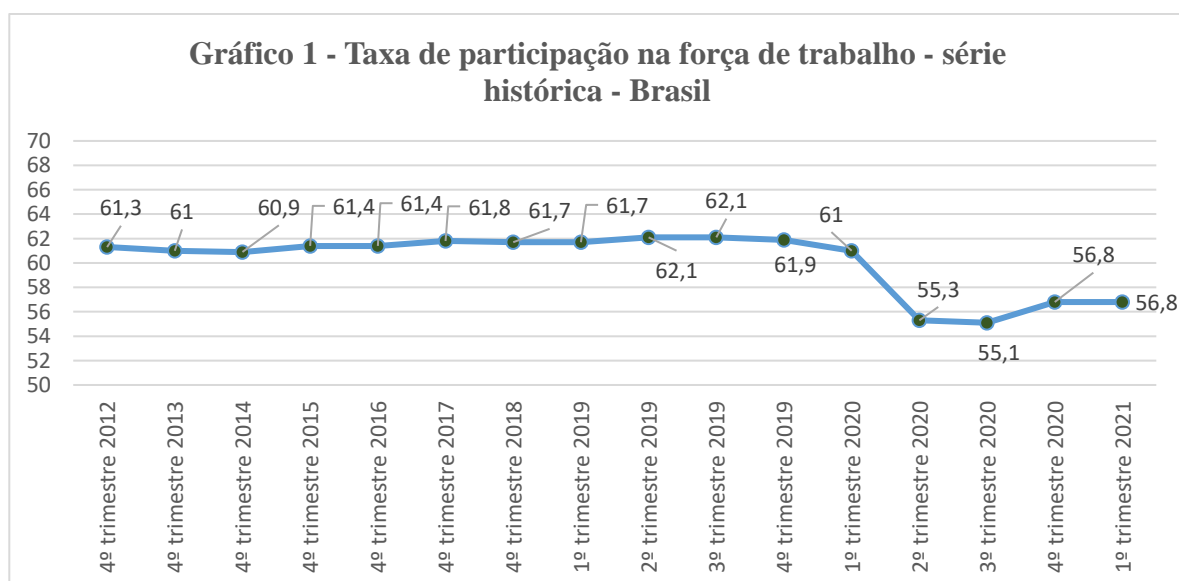
Fonte: BIBLIOTECA IBGE. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_3tri.pdf> [acesso 14 agosto 2021]. Elaborado pela autora.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pandemia no coronavírus atingiu o mercado de trabalho em determinados níveis de ocupação e desocupação, a informalidade, dos empregados dos setores público e privado aos informais. (BRIDI, 2020). As infecções no ambiente de trabalho e consequentemente, os afastamentos dos empregados foram as primeiras medidas adotadas pelos empregadores.

Mas os impactos iniciais da pandemia começaram a ser notadas principalmente a partir do segundo trimestre de 2020. A taxa de participação que é a fração de indivíduos ativamente participando da força de trabalho, isto é, que estão empregados ou desempregados procurando emprego (IBGE, 2021), sofreu uma queda de 5.7 p.p no segundo trimestre de 2020 comparado ao trimestre anterior e ao longo dos demais trimestres mantiveram baixos os níveis de participação como mostrado no gráfico 1 a seguir.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093>>. [acesso 27 agosto 2021]. Elaborado pela autora.

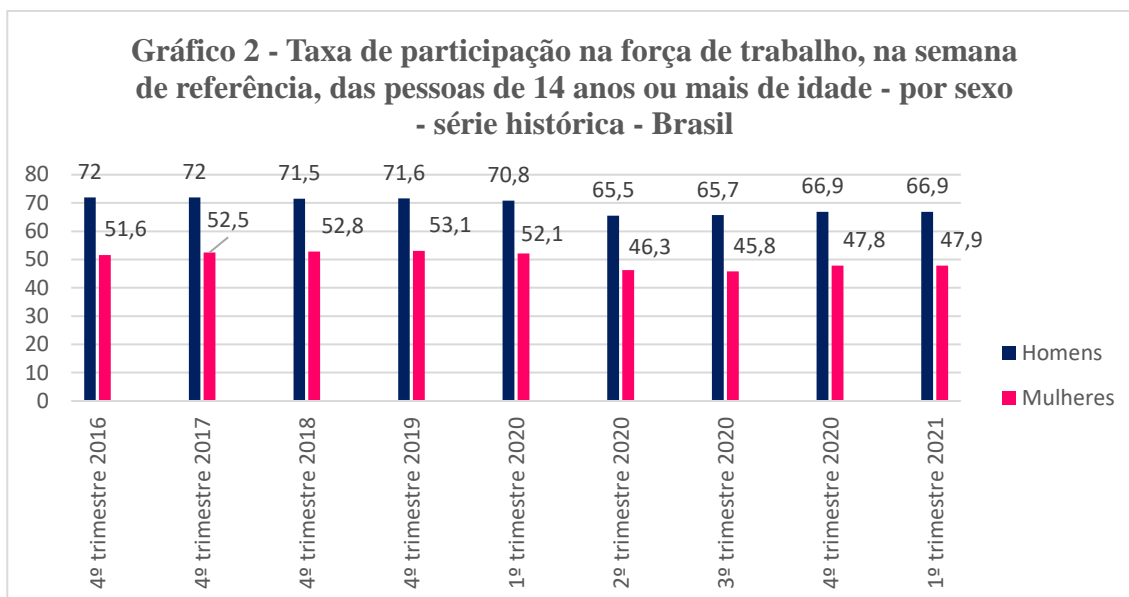
Observa-se pela série histórica, que a taxa de participação caiu consideravelmente no período da pandemia, ocorrendo a taxa mais baixa no segundo trimestre de 2021. Esse movimento já era esperado, uma vez que, por um lado, houve a introdução de medidas que dificultavam a procura por empregos, como quarentenas e

lockdowns, e, por outro, também foram criados diversos programas de compensação dos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho, com grande aumento das transferências às famílias. No entanto, percebe-se também pelo gráfico 1 que a taxa de participação continua não apenas abaixo do nível anterior ao da pandemia, mas também estável ao longo do primeiro trimestre de 2021 mesmo ocorrendo a vacinação em massa e redução dos benefícios.

Conforme Duque (2021), estudos recentes de pesquisadores economistas apontam uma série de fatores para justificar essa estabilidade, como cuidados infantis, riscos contínuos de saúde, complicações de saúde devido à Covid, aposentadorias precoces, mudanças ou reavaliações de carreira, dentre outros. No entanto, devido a pandemia ser um acontecimento recente, ainda não há consensos ou pesquisas mais rigorosas sobre essas causas.

i. Taxa de participação na força de trabalho no Brasil – por sexo

Como visto anteriormente, a pandemia gerou uma piora no mercado de trabalho brasileiro mas impactou principalmente as mulheres. O microdados da Pnad apontou que o percentual de mulheres participando do mercado de trabalho passou de 52,1% no primeiro trimestre de 2020 para 47,9% no primeiro trimestre de 2021, sendo que o nível mais baixo de participação foi no terceiro trimestre de 2020, o nível mais baixo desde 1990, quando ficou em 44,2% (IBGE, 2021). Já entre os homens, a participação é mais expressiva e a queda foi menor: de 70,8% no primeiro trimestre de 2020 para 66,9% sendo que o percentual mais baixo ocorreu no segundo trimestre de 2020, com 65,5% conforme o gráfico 2 a seguir.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093> [acesso 21 agosto 2021]. Elaborado pela autora.

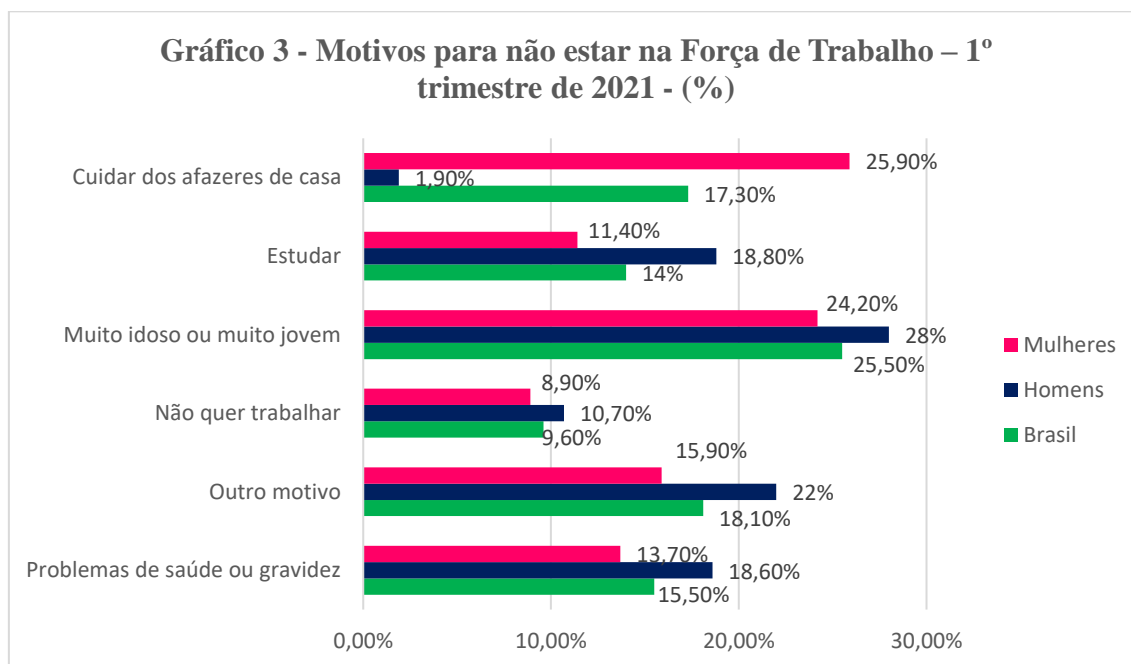
Assim, conforme o gráfico anterior percebe-se que a desigualdade de gênero precede a pandemia, mas com a chegada dela apenas aprofundou um problema social já existente. Segundo Sutto (2021), o problema de diferenças entre os sexos é estrutural; há uma construção histórica e social que permitiu e reforçou uma desigualdade no tratamento entre homens e mulheres.

“No Brasil, as mulheres passaram a votar somente em 1932. Até meados da década de 60, as mulheres casadas precisavam da autorização legal do marido para participar do mercado de trabalho. Só em 1988, a Constituição mudou a lei e consagrou a igualdade entre homens e mulheres. Ainda assim, a desigualdade segue presente” (MADALOZZO citado por SUTTO, 2021, texto digital)

Logo, a menor presença das mulheres no mercado de trabalho pode ser explicada devido a muitas que foram afastadas de seus postos de trabalho, ou por eles não existirem mais ou porque precisaram ficar em casa para cuidar dos seus filhos, agora sem creche ou escolas, ou de seus idosos, mais vulneráveis ao vírus.

Nesse sentido, a partir dos microdados da PNAD contínua obteve-se o motivo pela qual a pessoa não pôde fazer parte da força de trabalho, embora desejasse. Como pode-se notar no gráfico 3 no qual mostra o resultado encontrado no primeiro trimestre

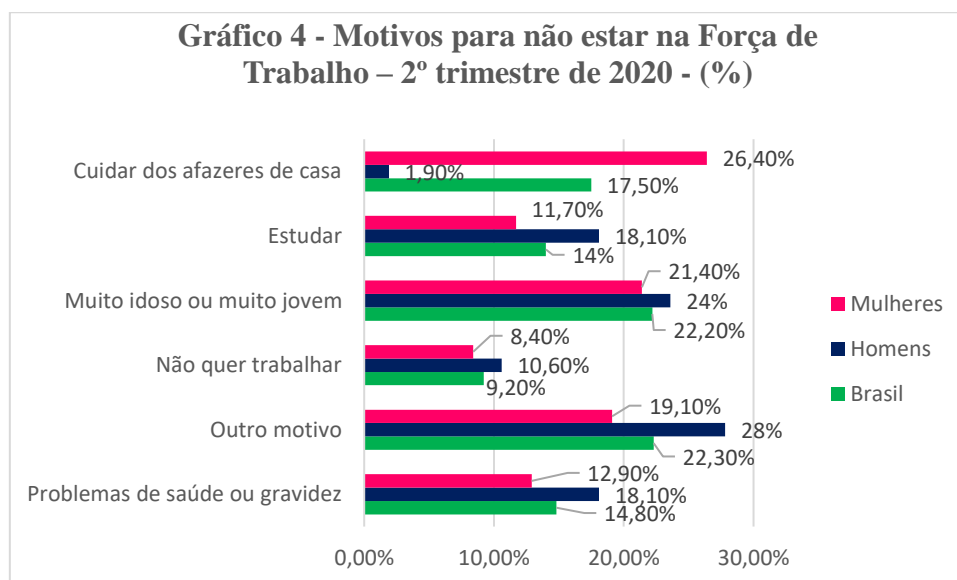
de 2021, 25,5% das pessoas são consideradas idosas ou jovens demais para trabalhar, sendo 24,5% de mulheres e 28% de homens escolheram essa opção. O segundo principal motivo de afastamento das pessoas do mercado de trabalho é “outro motivo”, 18,10%. Já as mulheres estarem fora do mercado de trabalho, fica evidente o motivo de afazeres domésticos, com 25,9% e apenas 1,90% os homens falaram esse motivo



Fonte: Microdados da PNAD Contínua trimestral. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30789&t=destaques>>
 [acesso 27 agosto 2021]. Elaborada pela autora.

Ao se comparar com o segundo trimestre de 2020, início da pandemia, nota-se pelo gráfico 4 que no Brasil 22,3% das pessoas estavam fora da força de trabalho por “Outros motivos”, 22,2% das pessoas se consideraram idosas ou jovens demais para trabalhar e 17,5% estavam cuidando dos afazeres domésticos. Já com relação as diferenças entre os sexos, é possível notar que 28% dos homens disseram estar Fora do Força de Trabalho por outros motivos, enquanto 24,6% eram considerados muito idosos ou muito jovens e cuidar dos afazeres domésticos foi praticamente irrelevante para os homens, com apenas 1,9% deles estando fora da força de trabalho por esse motivo. Das mulheres nessas condições, as porcentagens se modificam de forma expressiva, a 26,4% delas declararam não poder fazer parte da Força de Trabalho por cuidados dos afazeres

domésticos. A seguir, 21,4% alegaram serem idosos demais e 19,1% por outros motivos.



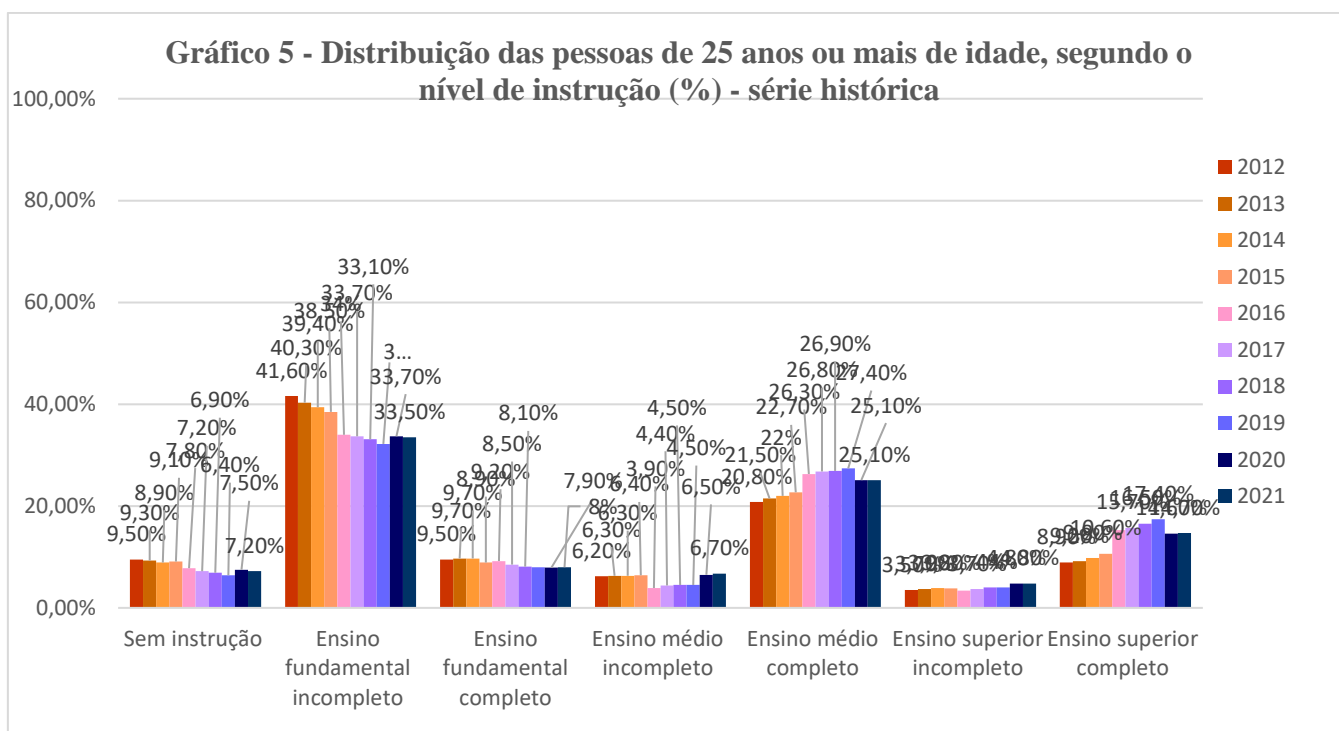
Fonte: Microdados da PNAD Contínua trimestral. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30789&t=destaques>>
 [acesso 27 agosto 2021]. Elaborada pela autora.

A partir dos gráficos anteriores, tem-se que a justificativa que mais cresceu no Brasil do primeiro trimestre de 2021 em relação ao primeiro trimestre de 2020, foi “muito idoso ou muito jovem”. No caso das mulheres, elas disseram estar Fora da Força de Trabalho por cuidarem dos afazeres domésticos (apesar de uma redução de -0.5 p.p em relação ao primeiro trimestre de 2020). Já, o número de homens que alegaram estar Fora da Força de Trabalho por ser muito idoso ou muito jovem foi a principal justificativa. Assim, o padrão de respostas diferem significativamente entre os sexos uma vez que as diferenças de realidade influenciam nos motivos escolhidos.

ii. Taxa de participação na força de trabalho no brasil - por nível de instrução

A análise dos dados com base na taxa de escolaridade visa identificar se a escolaridade é um elemento facilitador para a obtenção de emprego e a relevância na força de trabalho. Conforme o gráfico 5 no qual apresenta a série histórica desde 2012 até 2021 da proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que terminaram a educação básica obrigatória, observa-se que há uma trajetória de crescimento e alcançou 48,8% (ensino médio, ensino superior incompleto e superior completo) em 2019. Porém, no período de pandemia, esse valor passou a ser 44,4% em 2020 e 44,6% no primeiro trimestre de 2021. Além disso, o percentual de pessoas com ensino superior completo passou de 16,5% em 2018 para 17,4% em 2019 mas em 2020 o percentual caiu 2.8 p.p, fechando o primeiro trimestre de 2021 com 14,70 % que tinham o ensino superior completo. Essa queda pode ser justificada pelo fechamento das escolas adiando assim, a formação dos estudantes. Além disso, com relação as faculdades, um dos motivos para os estudantes não terminarem ou continuarem a graduação no período da pandemia é a questão financeira, uma vez que, por dificuldades de pagamentos das mensalidades nas faculdades particulares, por exemplo, acarreta ao trancamento ou desistências dos cursos. Outro ponto a se considerar é a não adaptação do ensino remoto, seja pela dificuldade de assistirem aulas online ou seja pela falta desse recurso em suas casas.

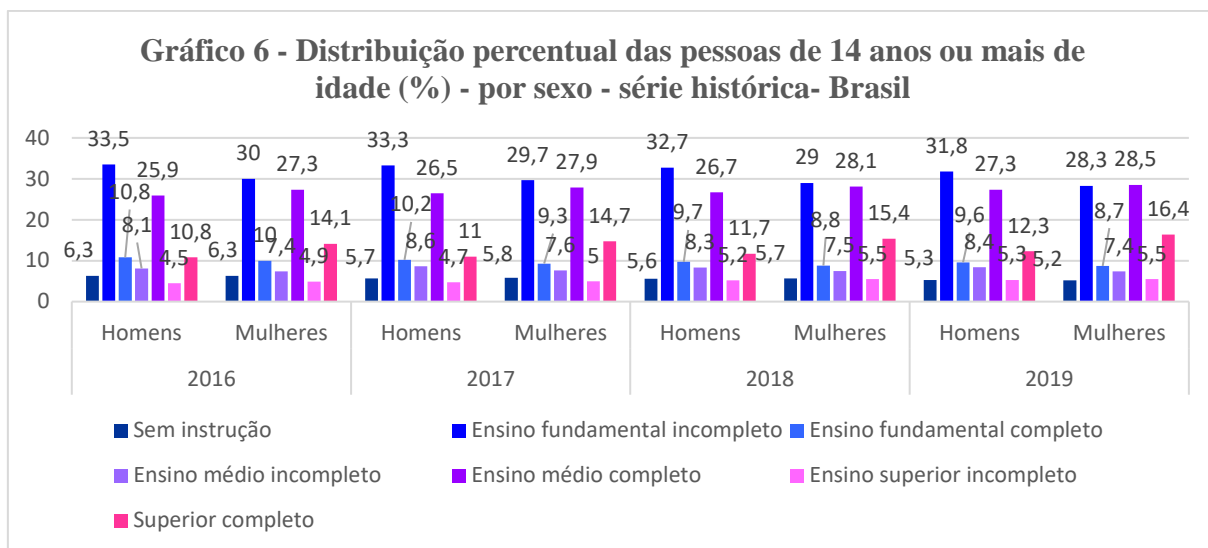
Já com relação das pessoas que não completaram a educação básica em 2019, 6,4% eram sem instrução, 32,2% tinham o ensino fundamental incompleto, 8,0% tinham o ensino fundamental completo e 4,5%, o ensino médio incompleto. Esses quatro grupos apresentaram discretas quedas entre 2018 e 2019. Todavia, em 2020 houve um aumento de 1,1 p.p para os que estavam sem instrução bem como um aumento de 1.5 para os que tinham o ensino fundamental incompleto. Além disso, o percentual de pessoas que não tinham concluído o ensino médio também aumentou, passando para 6,70% no primeiro trimestre de 2021. Esse resultado no período da pandemia era esperado devido as restrições ao ensino educacional em todo país. Logo, em 2021, 55,4% da população de 25 anos ou mais de idade no Brasil não havia completado a educação escolar básica e obrigatória (considera-se educação escolar básica e obrigatória as pessoas que concluíram, no mínimo, o ensino médio), percentual superior ao registrado em 2019, no qual havia 51,1% sem concluir o ensino médio.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5919>>. [acesso em 28 agosto 2021]

Nota: Os valores dos anos de 2020 foi considerado o 4º trimestre desses anos. Já o ano de 2021 foi considerado o primeiro trimestre.

Além disso, quando se o nível de escolaridade entre homens e mulheres, observa-se que o percentual das mulheres que concluíram o ensino médio excede ao dos homens na série histórica dos anos de 2016-2019. Em toda a série histórica considerando a educação escolar básica e obrigatória, as mulheres apresentam um percentual maior. Em 2019, 28,5% das mulheres tinham no mínimo o ensino médio completo e entre os homens o percentual ficou 27,3%. Com relação ao nível superior, a diferença foi mais expressiva, o percentual das mulheres ficou em 16,4% enquanto entre os homens foi 12,3% conforme o gráfico 6 a seguir.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7128> > [acesso em 28 agosto 2021]

A partir desse conhecimento, quando se analisa a taxa de participação na força de trabalho considerando o nível de instrução, o microdados da Pnad contínua mostrou que a maioria que tinha um nível educacional elevado se destacava mais no mercado de trabalho. No primeiro trimestre de 2021, 77,5% tinham ensino superior e 68,8% tinham o ensino médio. Destaque-se, no entanto, que devido a pandemia, comparando o primeiro trimestre de 2020 com o primeiro trimestre de 2021, houve redução da taxa de participação principalmente entre os que tinham a educação escolar básica e obrigatória. (Tabela 5)

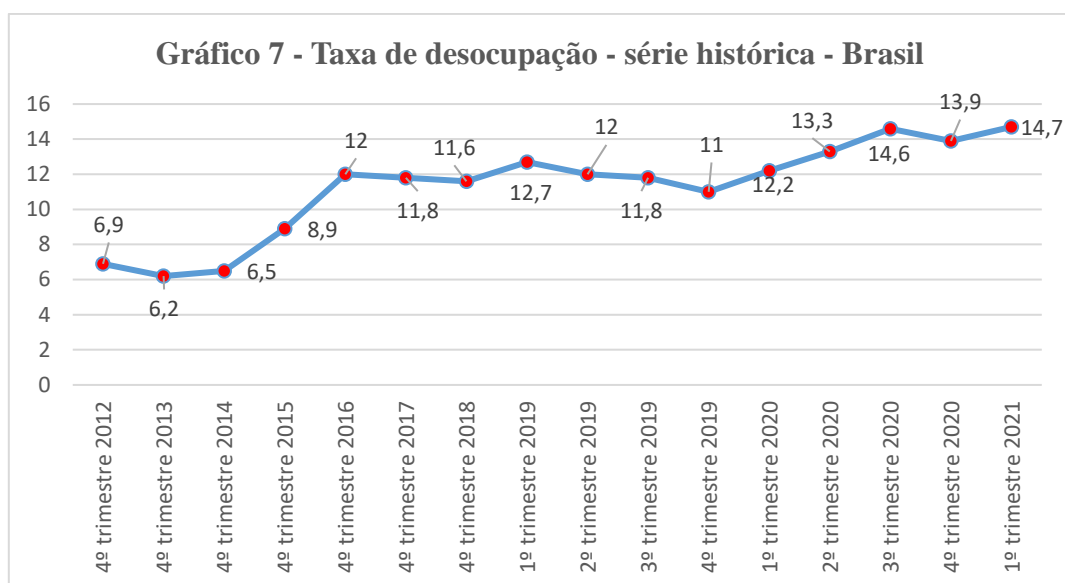
	4º trimestre 2012	4º trimestre 2013	4º trimestre 2014	4º trimestre 2015	4º trimestre 2016	4º trimestre 2017	4º trimestre 2018	4º trimestre 2019	1º trimestre 2020	2º trimestre 2020	3º trimestre 2020	4º trimestre 2020	1º trimestre 2021
Sem instrução	29,7	30	28,7	28,9	27,5	26,6	23,4	23,3	22,9	19,1	18,9	20	20,1
Ensino fundamental incompleto	50,9	50	49,3	49,3	48	48	47	46	45,6	39,7	39,1	40	40,4
Ensino fundamental completo	59,7	59,5	58,7	58,8	57,7	57,5	57,2	56,4	54	47,5	47,3	48,6	48,2
Ensino médio incompleto	56,1	55,1	55,3	55,8	55,9	58,1	58	57,8	54,7	48,4	49,6	52,4	51,4
Ensino médio completo	76	75,5	74,8	75,1	75,6	75,4	75,3	75,5	73,6	66,3	66,7	68,7	68,8
Ensino superior incompleto	74,6	72,8	72,1	73,2	73	74	73,5	75	72,8	66,3	66,4	69,6	69
Ensino superior completo	82,8	82,6	82,5	82,5	83	82,4	82	82,3	81,6	77,1	76,8	77,8	77,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4095> [acesso 28 agosto 2021]. Elaborada pela autora.

Dessa maneira, percebe-se que no mercado de trabalho, pessoas com um grau de escolaridade elevado consegue ter maior grau de representatividade na força de trabalho, porém, como visto anteriormente, a realidade da população brasileira é que a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram, no mínimo, o ensino médio passou de 48,8% em 2019 para 44,6% em 2021. Conseqüentemente, tem-se que a maioria das pessoas tem mais dificuldade ao acesso do mercado de trabalho. Além disso, outra questão a ser considerada é a questão de gênero, pois, no Brasil mesmo o nível de escolaridade das mulheres serem superiores ao dos homens (Gráfico 6), a participação feminina ainda é inferior como visto no início dessa sessão (Gráfico 2). Assim, os dados da Pnad contínua só reforçam as desvantagens vividas pelas mulheres no mercado de trabalho. Após analisar esse indicador, faz-se necessário obter os dados relativos aos movimentos ocorridos na força de trabalho, a partir da análise das taxas de desocupação e subutilização as quais serão apresentadas nas próximas sessões.

5.1 TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO BRASIL

No que se refere a taxa de desocupação, que é o percentual de pessoas da força de trabalho que estão desempregadas (IBGE, 2021), os dados da PNAD Contínua mostraram que, no primeiro trimestre de 2020, 12,2% da população brasileira estavam desempregadas, mas ao decorrer dos demais trimestres houve um aumento gradual, chegando no primeiro trimestre de 2021 com o percentual de 14,7% de desempregados no país. (Gráfico 7)

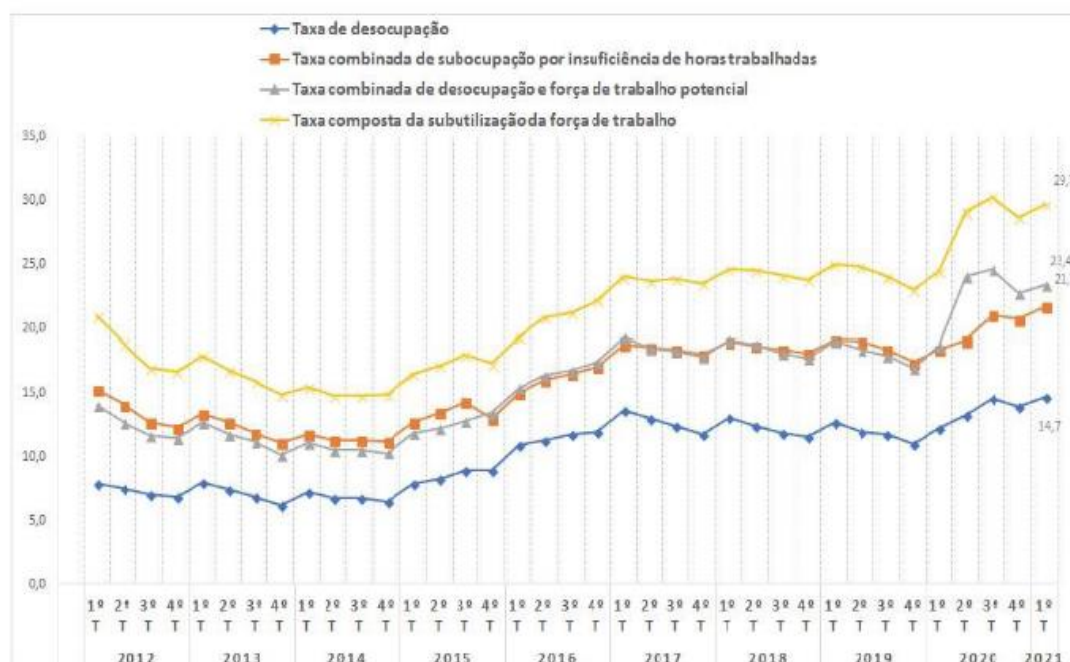


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093>>. [acesso 21 agosto 2021]. Elaborado pela autora

Esse valor foi o maior já registrado pela série histórica do IBGE. Assim, no primeiro trimestre de 2021, o país tinha 14,805 milhões de desempregados – pessoas de 14 anos ou mais que buscaram emprego, sem encontra-lo. (CARNEIRO, 2021). Conforme o gráfico anterior, percebe-se um crescimento de 5,75% frente ao quarto trimestre de 2020 e alta de 20,49% frente ao primeiro trimestre de 2020. A comparação dos dados relativos às taxas de desocupação da série histórica corrobora com o nosso argumento, de que a deterioração do mercado de trabalho se agravou após a pandemia.

Porém, conforme Bridi (2020) pesquisadores do mercado de trabalho sinalizam que, não é suficiente olhar para as taxas de desocupação, por se tratar de um indicador calculado com base na porcentagem da força de trabalho que está desempregada. É necessário cotejar dados de desocupação com outras variáveis, como as taxas de subutilização da força de trabalho. Dessa maneira, a figura 1 a seguir apresenta a série completa das quatro taxas de subutilização da força de trabalho no Brasil: taxa de desocupação, taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial e taxa composta de subutilização da força de trabalho.

Figura 1 - Taxa de desocupação e taxas combinadas (%) de subutilização da força de trabalho no Brasil das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência -Brasil 2012 –2021



Fonte: IBGE – PNAD-COVID19. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php> [acesso 21 agosto 2021]

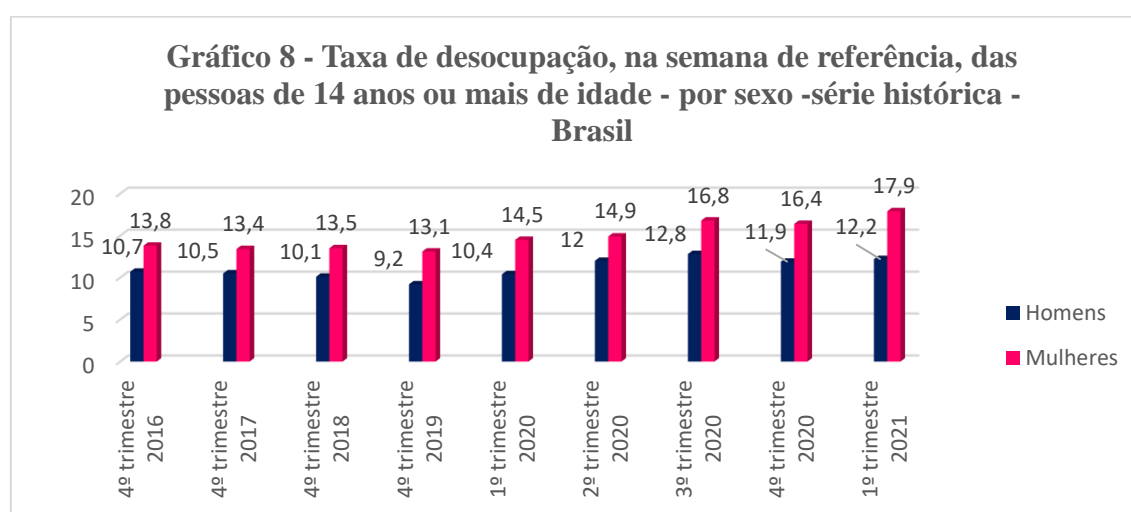
Conforme a figura acima que mostra a série histórica, verifica-se que, no 1º trimestre de 2021, as estimativas se mantiveram num patamar elevado. Enquanto a taxa de desocupação foi de 14,7% (gráfico 7), a taxa composta de subutilização da força de

trabalho atingiu 29,7%. A taxa composta de subutilização da força de trabalho demonstra que o número de pessoas trabalhando horas insuficientes também se altera: de 24,8% no segundo semestre de 2019 para 29,1% no mesmo período em 2020 e 29,7% em 2021. O pior patamar foi registrado no terceiro trimestre de 2020 (30,3%) e o menor no segundo trimestre de 2014 (14,8%).

Como demonstram os dados, são visíveis os impactos da crise sanitária provocada pela Covid-19 no mercado de trabalho. Ocorre uma piora de um quadro que já vinha em franco processo de degradação ainda maior, ao menos desde a crise de 2015, dadas as dinâmicas econômicas e políticas estabelecidas no país desde então como mostrado nos capítulos anteriores.

i. Taxa de desocupação no Brasil – por sexo

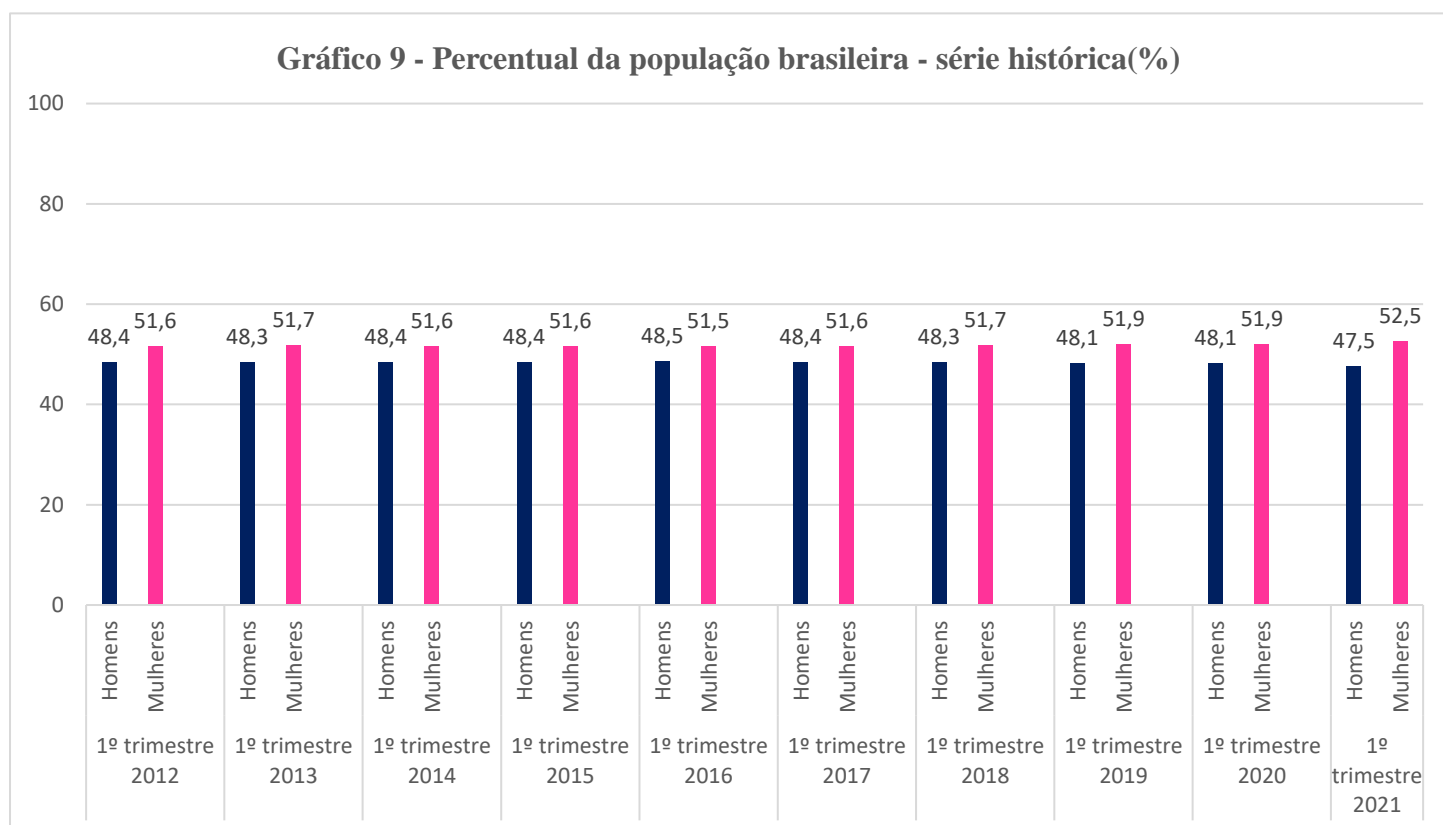
Ao se comparar a taxa de desocupação por sexo, o microdados da Pnad contínua mostrou que a taxa de desocupação feminina passou de 14,5% no primeiro trimestre de 2020 para 17,9% no primeiro trimestre de 2021 e mais uma vez foi a maior série histórica da PNAD iniciada em 2012. (IBGE, 2021). Já entre os homens a taxa de desemprego ficou em 12,2% - o recorde havia sido registrado no terceiro trimestre de 2020, sendo 12,8% conforme o gráfico 8.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093>>. [acesso 21 agosto 2021]. Elaborado pela autora

Como visto no início dessa sessão, a taxa geral do país ficou no primeiro trimestre de 2021 em 14,7%, um patamar recorde da série histórica (IBGE, 2021), mas o indicador entre os homens ficou 17% abaixo da média nacional e entre as mulheres ele foi 21,8% maior. Assim, a taxa de desocupação maior entre as mulheres indica a dificuldade de permanecerem no trabalho quanto para conseguir novos empregos.

Outro fator que determina maior média de demissões serem do sexo feminino é que a maioria da população brasileira é composta por mulheres, 52,5% contra 47,5% de homens conforme a PNAD Contínua considerando o primeiro trimestre de 2021. Ao longo da série histórica é possível ver que há mais mulheres em todos os anos considerados. (Gráfico 9)

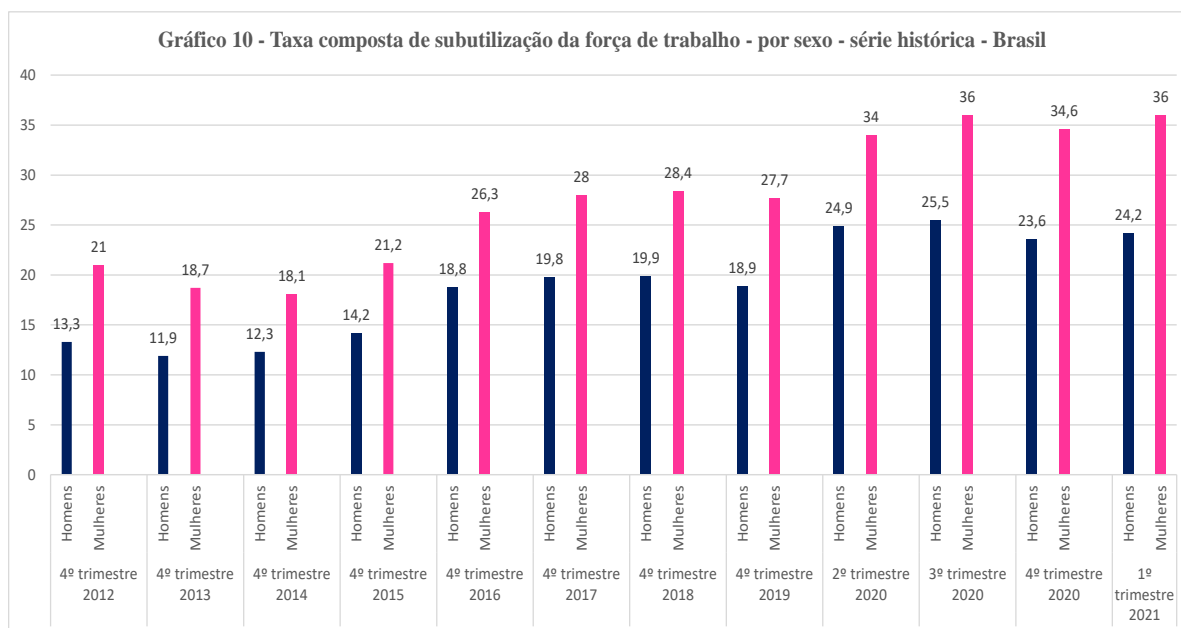


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5917>> [acesso 28 agosto 2021]

Assim, o número de pessoas desocupadas aumentou ao longo dos trimestres de 2020, pois algumas pessoas que estavam fora do mercado de trabalho por conta da pandemia voltaram a procurar emprego e passaram a compor a categoria de desocupados. Porém, no caso das mulheres, esse aumento da taxa deve-se mais à perda dos postos de trabalho delas (o percentual de mulheres ocupadas passou de 44,1% em 2019 para 43,3% em 2021 (IBGE, 2021)). Logo, o contingente de mulheres computadas como desocupadas gerou uma taxa de desocupação recorde de 17,9% em 2021.

Para os homens, a elevação foi menos significativa porque, no caso deles, a força de trabalho masculina supera a das mulheres (como visto na sessão 5.1) e a houve um aumento no número de homens ocupados no mesmo período. No primeiro trimestre de 2021, o percentual de homens ocupados era de 56,7%, enquanto no mesmo período de 2019 o percentual era de 55,9%. Com isso, a diferença entre a taxa de desocupação dos homens e das mulheres volta a se ampliar e apresenta, no 1º trimestre de 2021, 5,7 p.p de diferença.

Além disso, a desigualdade segue presente quando observada a taxa de subutilização da força de trabalho. Conforme dados da Pnad contínua trimestral, a taxa entre as mulheres ficou em 36% no primeiro trimestre de 2021, mesmo registro que ocorreu no terceiro trimestre de 2020, recorde da série histórica da Pnad contínua, iniciada em 2012. (Gráfico 10). Já a dos homens ficou em 24,2% no primeiro trimestre de 2021. A maior taxa entre os homens ocorreu no terceiro trimestre de 2020, registrando 25,5%.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6396> > [acesso 28 agosto 2021]

Os dados anteriores, evidenciaram a dificuldade de retorno ao mercado de trabalho tanto para homens quanto para mulheres. Mas no caso das mulheres, essa taxa sempre foi superior à dos homens. No 3º trimestre de 2020 e 1º trimestre, ela bateu recorde da série histórica (36%). Quando comparada com o 4º trimestre de 2019, nota-se que a taxa no 4º trimestre de 2020 foi 6,9 pontos percentuais superior. Já a taxa de subutilização dos homens, mesmo estando em um patamar inferior ao das mulheres, também apresentou uma mudança da escala. No 4º trimestre de 2020, a taxa foi de 23,6%, 1,9 ponto percentual abaixo do 3º trimestre de 2020, mas 4,7 pontos percentuais acima do 4º trimestre de 2019.

Conforme Sutto (2021), a diferença de mais de dez pontos percentuais e o recorde na taxa das mulheres foram impulsionados, principalmente, pela força de trabalho potencial. São mulheres que estão fora do mercado e que não estão procurando emprego, mas estariam disponíveis para trabalhar. Isso aconteceu justamente pelas responsabilidades dobradas em casa, com os filhos, e pelo auxílio emergencial, que ajudou no sustento da família e possibilitou que essas mulheres ficassem em casa.

Dessa maneira, a pandemia do novo coronavírus veio para acentuar as taxas de desocupação das mulheres bem como dificultar o avanço do trabalho feminino conquistado nas últimas décadas do século XX. Segundo Bruschini:

“nas últimas décadas do século XX, o país passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o aumento do trabalho feminino. No primeiro caso, podem ser citados: a queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país; a redução no tamanho das famílias que, em 2005, passaram a ser compostas por apenas 3,2 pessoas, em média, enquanto em 1992 tinham 3,7 (FIBGE, 2006, p. 163, gráf. 5.2 citado por Bruschini, 2007, pg 539); o envelhecimento da população, com maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres (75,5 anos) em relação aos homens (67,9 anos) (FIBGE, 2006, p.26 citado por Bruschini, 2007, pg. 539) e, conseqüentemente, a sobre-presença feminina na população idosa; e, finalmente, a tendência demográfica mais significativa, que tem ocorrido desde 1980, que é o crescimento acentuado de arranjos familiares chefiados por mulheres os quais, em 2005, chegam a 30,6% do total das famílias brasileiras residentes em domicílios particulares (FIBGE, 2006, p. 163, gráf. 5.1 citado por Bruschini, 2007,pg. 539). (BRUSCHINI, 2007, pg 539-540)

ii. Taxa de desocupação no brasil – por nível de instrução

Ao analisar a série histórica da população desempregada por nível de instrução, a taxa de desocupação foi maior entre as pessoas com ensino médio incompleto, cuja taxa no primeiro trimestre de 2020 foi 20,4% e no mesmo período de 2021 foi de 24,4%. Entre pessoas com nível superior incompleto, a taxa foi estimada em 17,5% no primeiro trimestre de 2021, mais que o dobro da verificada entre aqueles com nível superior completo no primeiro trimestre de 2021, de 8,3% conforme a tabela 6.

Tabela 6 - Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) - por nível de instrução - série histórica - Brasil													
	4º trimestre 2012	4º trimestre 2013	4º trimestre 2014	4º trimestre 2015	4º trimestre 2016	4º trimestre 2017	4º trimestre 2018	4º trimestre 2019	1º trimestre 2020	2º trimestre 2020	3º trimestre 2020	4º trimestre 2020	1º trimestre 2021
Sem instrução	4,8	3,7	3,9	5,8	9,3	8,9	9,8	8,9	9,6	13,1	12,2	10,5	9,9
Ensino fundamental incompleto	6,2	5,4	5,8	8,1	11,5	11,1	11,1	10,5	11,3	12,9	14,2	13,2	13,7
Ensino fundamental completo	7,5	6,5	7	9,7	13,3	13,6	13,5	12,3	13,8	15,8	16,9	16	15,4
Ensino médio incompleto	12	10,7	11,5	15,9	21,6	20,4	19,7	18,5	20,4	22,4	24,3	23,7	24,4
Ensino médio completo	7,9	7,3	7,5	10,1	13,3	13	12,8	12,2	14,1	15,3	17	16,1	17,2
Ensino superior incompleto	7,1	6,6	6,8	10,5	13,5	12,5	12,6	12,5	14	15,8	17,1	16,9	17,5
Ensino superior completo	3,4	3,4	3,4	4,8	5,7	6,2	5,9	5,6	6,3	6,4	7	6,9	8,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: < Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4095> [acesso 28 agosto 2021]

Dessa maneira, como pontuado na sessão anterior, há uma estreita relação entre a educação e a empregabilidade, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade, menor a chance do trabalhador ser afetado em períodos de crise no mercado de trabalho. Segundo Pieri (2018) há uma grande diferença de desempenho econômico e social entre indivíduos que estudaram mais em relação aos menos escolarizados. Segundo o autor, “pessoas com maior escolaridade tendem a viver mais, com melhores condições de saúde, conseguem empregos com maiores salários e tem menor probabilidade de praticar atividades criminosas.”(PIERI, 2018, pg 6) Assim, diante do contexto da pandemia, a educação formal funcionou como um seguro de renda para o trabalhador.

Percebe-se conforme a tabela anterior que desde o início da série, em 2012, a taxa de desocupação entre a população economicamente ativa com ensino superior completo é bem menor do que para aqueles que possuem apenas formação intermediária (ensino fundamental ou médio). Considerando o primeiro trimestre de 2021, por exemplo, a taxa de desocupação foi de 15,4% para quem tinha nível fundamental, 24,4% para quem tem nível médio incompleto e 8,3% para o ensino superior completo. Ou seja,

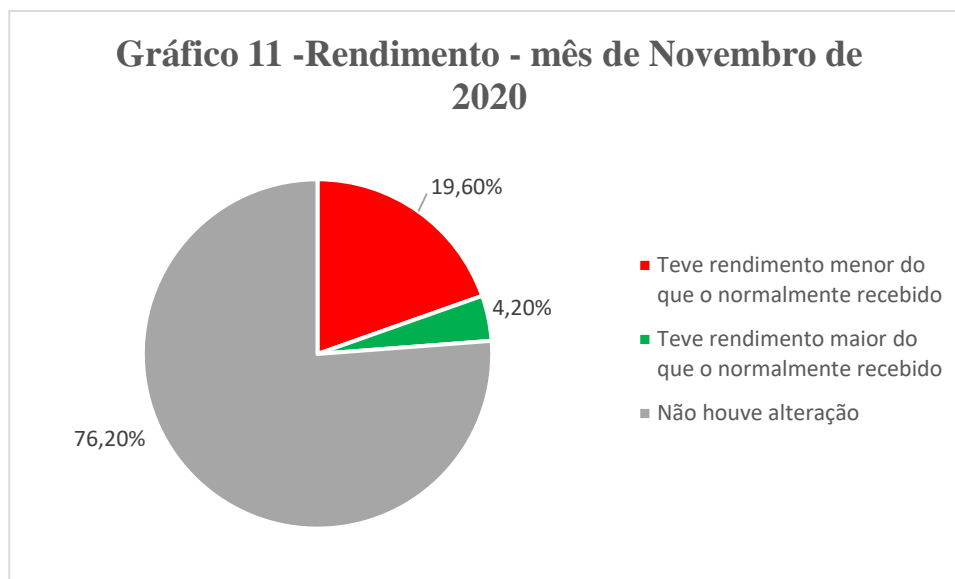
a chance de ficar desempregado é 1,8 vezes maior para as pessoas com ensino fundamental em relação às pessoas com ensino superior; e 2,93 vezes maior para as pessoas com ensino médio incompleto em relação às pessoas com ensino superior completo.

No entanto, como visto na sessão 5.1, no que se refere ao sexo, o nível de escolaridade das mulheres foi superior ao dos homens ao longo da série histórica considerando a educação básica e obrigatória. Segundo a Agência Brasil (2021) uma pesquisa feita em março de 2021 pelo IBGE, entre a população com 25 anos ou mais, 37,1% das mulheres não tinham instrução ou possuíam apenas fundamental incompleto. Entre os homens, esse percentual alcança 40,4%. Além disso, o nível de escolaridade das mulheres foi superior ao dos homens: entre eles, 21,5% frequentaram o ensino superior; entre elas, 29,75%. Porém, como mostrado anteriormente, o mercado de trabalho não reflete essa situação uma vez que as mulheres possuem desvantagem na área, com menor participação na força de trabalho e alta taxa de desocupação. Assim, os dados apontam que não há influência educacional na desigualdade de gênero.

5.2 RENDIMENTOS DO TRABALHO NO BRASIL

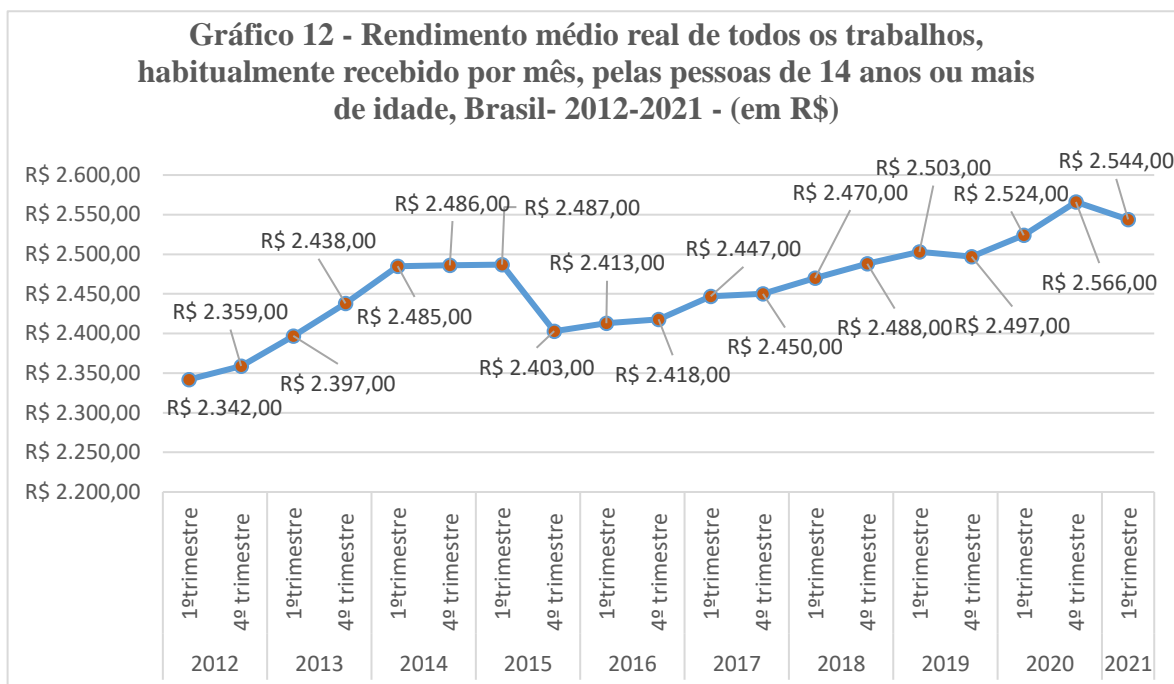
A inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho tem relação estreita com a estrutura econômica do Brasil e denota uma hierarquia social que se revela através das oportunidades oferecidas pela estrutura existente, pelas escolhas individuais, pela formação escolar, pela evolução em carreiras específicas, pela evolução das tecnologias e outros fatores. (IBGE, 2018) O rendimento auferido no trabalho principal é um importante resultante desta inserção e um dos principais indicadores de qualidade da ocupação. Assim, a pandemia também impacta o nível de renda.

Assim, as pessoas que continuaram ocupadas foram impactadas com a queda da renda. A análise dos microdados da PNAD Covid-19, em novembro de 2020, 19,6% das pessoas ocupadas tiveram rendimento menor do que o normalmente recebido. (Gráfico 11).



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>>. [acesso em 14 agosto 2021]. Elaborado pela autora

No que se refere ao rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, foi estimado em R\$ 2.554,00 no primeiro trimestre de 2021. Este resultado apresentou estabilidade tanto em relação ao trimestre imediatamente anterior (R\$ 2.566) quanto ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 2.524). A série histórica mostrada no gráfico 12 a seguir traz as variações desde 2012.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5438> > [acesso 29 agosto 2021]

Além disso, conforme o gráfico anterior percebe-se que há uma estabilidade de rendimentos recebido por mês para os trabalhadores formais no ano de 2020 em relação aos anos de 2017 a 2019. Os anos de 2015 e 2016 apresentaram o pior momento da série histórica dos rendimentos médios devido à crise econômica nesse período como mencionado nas sessões anteriores. Entretanto, em um momento crise econômica e agora no contexto de pandemia, os trabalhadores informais no país são aqueles que mais ficam vulneráveis.

Nesse sentido, a tabela 7 comprova que as maiores quedas de rendimentos têm relação com o tipo de vínculo de trabalho no qual as maiores perdas foram registradas para os trabalhadores domésticos que recebia no primeiro trimestre de 2020 em média R\$ 1.039,00 e ao final do primeiro trimestre de 2021 o valor passou para R\$ 961,00. (Tabela 7), uma diminuição de 7,5%. Percebe-se que esses mesmos trabalhadores que não tinham carteira assinada, por exemplo, foram significativamente atingidos por receberem bem menos, sendo que no primeiro trimestre de 2020 recebiam em média R\$ 815,00 e passaram a receber R\$ 760,00 no final do primeiro trimestre de 2021, uma diminuição de 6,74% .

Tabela 7 - Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal													
	4º trimestre 2012	4º trimestre 2013	4º trimestre 2014	4º trimestre 2015	4º trimestre 2016	4º trimestre 2017	4º trimestre 2018	4º trimestre 2019	1º trimestre 2020	2º trimestre 2020	3º trimestre 2020	4º trimestre 2020	1º trimestre 2021
Emprego no setor privado, exclusivo trabalhador doméstico	R\$ 2.071	R\$ 2.143	R\$ 2.160	R\$ 2.263	R\$ 2.238	R\$ 2.281	R\$ 2.283	R\$ 2.292	R\$ 2.537	R\$ 2.220	R\$ 2.222	R\$ 2.293	R\$ 2.420
Emprego no setor privado - com carteira de trabalho assinada	R\$ 2.308	R\$ 2.364	R\$ 2.379	R\$ 2.496	R\$ 2.509	R\$ 2.599	R\$ 2.559	R\$ 2.564	R\$ 2.851	R\$ 2.430	R\$ 2.422	R\$ 2.534	R\$ 2.697
Emprego no setor privado - sem carteira de trabalho assinada	R\$ 1.314	R\$ 1.398	R\$ 1.395	R\$ 1.434	R\$ 1.356	R\$ 1.319	R\$ 1.488	R\$ 1.516	R\$ 1.589	R\$ 1.482	R\$ 1.566	R\$ 1.568	R\$ 1.570
Trabalhador doméstico	R\$ 902	R\$ 951	R\$ 980	R\$ 1.001	R\$ 991	R\$ 1.008	R\$ 1.000	R\$ 997	R\$ 1.039	R\$ 882	R\$ 902	R\$ 914	R\$ 962
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	R\$ 1.242	R\$ 1.293	R\$ 1.320	R\$ 1.382	R\$ 1.403	R\$ 1.492	R\$ 1.498	R\$ 1.477	R\$ 1.626	R\$ 1.354	R\$ 1.346	R\$ 1.388	R\$ 1.499
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	R\$ 746	R\$ 796	R\$ 818	R\$ 809	R\$ 797	R\$ 805	R\$ 801	R\$ 811	R\$ 815	R\$ 679	R\$ 725	R\$ 745	R\$ 760
Conta própria	R\$ 1.840	R\$ 1.873	R\$ 1.940	R\$ 1.789	R\$ 1.722	R\$ 1.730	R\$ 1.788	R\$ 1.777	R\$ 1.779	R\$ 1.445	R\$ 1.579	R\$ 1.660	R\$ 1.766

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5440> > [acesso em 29 agosto 2021]

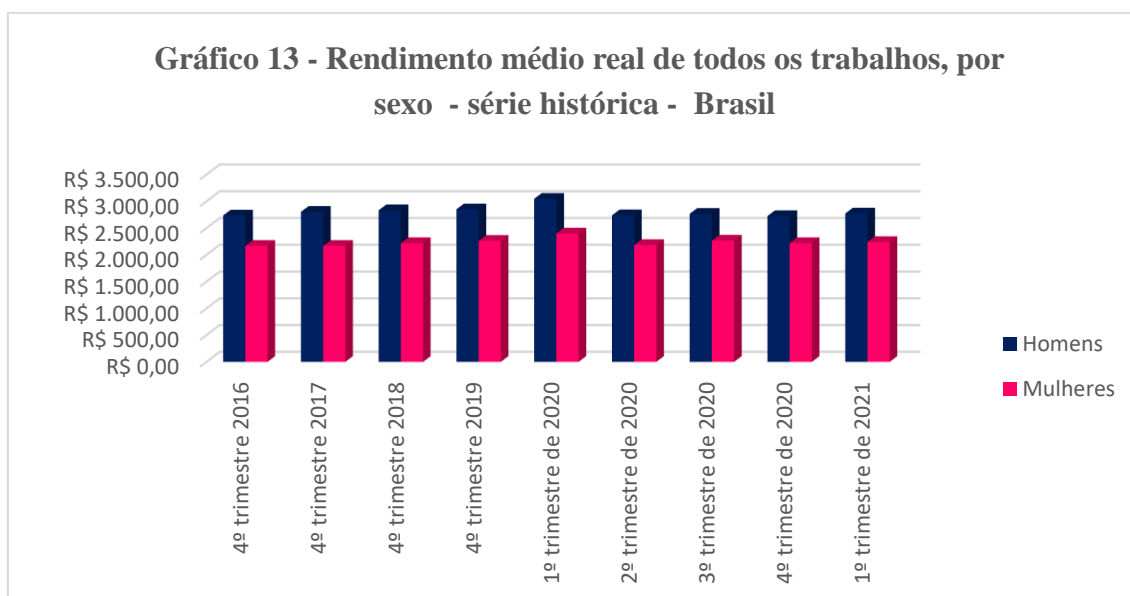
Conforme Lima (2021), a informalidade é uma das características estruturantes do mercado de trabalho brasileiro. Segundo a autora, historicamente o país não é um país com baixa ocupação mas sim um país com alta taxa de ocupação informal.

O problema do trabalho no Brasil não se restringe ao desemprego ou a qualidade de trabalho disponível, mas principalmente à qualidade dos postos de trabalho. Até os anos 90, a retração do emprego formal devido a uma série de fatores como a estagnação econômica e a reestruturação produtiva levou a um inchaço do setor informal que funcionou como um colchão absorvendo trabalhadores expulsos do setor formal, sobre tudo da indústria (NERI; FONTES, 2010, pg. 1 citado por LIMA, 2021, pg.9)

Assim, no contexto da pandemia, observa-se pela tabela 7 que, considerando os empregados do setor privado a variação é de -4,61% no primeiro trimestre de 2020 em relação ao primeiro de 2021. Considerando os trabalhadores com carteira assinada e os sem carteira assinada (informais), tem-se uma variação de -5,40% para os primeiros, e de -1,19% para os segundos. Já com relação aos trabalhadores domésticos, a variação percentual foi de -7,41% no trimestre de 2020/1º em relação a 2021/1º. Para os trabalhadores domésticos com carteira e sem carteira assinada, a variação foi -7,98% para os de carteira assinada e para os informais foi de -6,74%. Apesar da variação ser bem maior para os de carteira assinada, há de se considerar que, nesse contexto de pandemia, os informais são atingidos com maior intensidade uma vez que “os rendimentos são baixos e irregulares, muitos residem em áreas precárias, sem acesso a água potável, moradia digna, sistemas privados de saúde e sistema de proteção social vinculado à carteira de trabalho assinada, como férias, salário mínimo, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), licença-maternidade, licença médica e seguro-desemprego.” (COSTA, 2020, pg. 971). Logo, o impacto causado pela pandemia está relacionada com a maior vulnerabilidade desses trabalhadores. O impacto desigual também se observa para o caso das pessoas que trabalham por conta própria.

i. Rendimentos do trabalho no Brasil – por sexo

Como visto nas sessões anteriores, o quadro de crise sanitária decorridos da Covid-19 elevou a desigualdade intensamente vivida pelas mulheres. No que se refere a renda essa disparidade é mais percebida. O gráfico 13 mostra a série histórica no qual percebe-se a desvantagem das mulheres em relação aos homens que antecede a pandemia.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados> [acesso em 22 agosto 2021]. Elaborado pela autora.

Os dados apontaram que as mulheres fecharam o ano de 2019 ainda ganhando e ocupando menos espaço que os homens. O salário mensal médio deles chegou a R\$ 2.850,00, o delas somou R\$ 2.262,00, o que representa uma diferença de 25,9%. No primeiro trimestre de 2020 aconteceu os maiores ganhos tanto entre homens (R\$ 3.046,00) quanto mulheres (R\$ 2.398,00) mas também a maior diferente da série histórica, 27,02%. A disparidade aconteceu mesmo com a pandemia, no primeiro trimestre de 2021, os homens ganharam em média R\$ 2.772,30 enquanto as mulheres receberam em média R\$ 2.239,10.

Diante desse cenário, o impacto nas atividades geradoras de renda é especialmente severo para as trabalhadoras desprotegidas e vulneráveis que estão na economia informal. Conforme apresentado anteriormente, trabalhadores no setor privado com carteira assinada e sem carteira bem como trabalhadores domésticos com carteira e informais foram atingidos na renda de forma significativa durante o período da pandemia. Assim, homens e mulheres foram atingidos de forma diferente na renda segundo a posição na ocupação. A tabela 8 e 9 a seguir mostra as pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação e o sexo, no segundo trimestre de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, respectivamente.

Tabela 8 - Pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação e o sexo- Brasil - 2º trimestre 2020		
	Mulheres	Homens
EMPREG. SETOR PRIVADO - Carteira assinada	12.263.714	17.890.295
EMPREG. SETOR PRIVADO - Sem Carteira	2.783.855	5.854.833
TRAB. DOMÉSTICO Carteira assinada	1.224.457	186.823
TRAB. DOMÉSTICO - Sem carteira	3.088.398	214.467
EMPREG. SETOR PÚBLICO – Carteira assinada	703.788	547.104
EMPREG. SETOR PÚBLICO – sem carteira	1.570.654	892.325
MILITAR E SERVIDOR ESTATUTÁRIO	4.921.224	3.725.250
EMPREGADOR (A)	1.163.480	2.791.643
CONTA PRÓPRIA	7.402.216	14.261.588
TRABALHADOR FAMILIAR AUXILIAR	1.153.218	707.781

Fonte: SARRIS, Georgia C; FILLETI, Juliana de P.; CARDOSO de MELO, Maria Fernanda; GORAYEB, Daniela S.; Mulheres no mercado de trabalho no 2º trimestre de 2020. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 02, setembro de 2020. Disponível em: < <https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/mulheres-no-mercado-de-trabalho-segundo-trimestre-de-2020/>> [acesso 29 agosto 2021]

Tabela 9 - Pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação e o sexo- Brasil - 1º trimestre 2021		
	Mulheres	Homens
EMPREG. SETOR PRIVADO - Carteira assinada	12.059.000	17.511.000
EMPREG. SETOR PRIVADO - Sem Carteira	2.947.000	6.744.000
TRAB. DOMÉSTICO Carteira assinada	1.159.000	186.000
TRAB. DOMÉSTICO - Sem carteira	3.346.000	244.000
EMPREG. SETOR PÚBLICO – Carteira assinada	628.000	544.000
EMPREG. SETOR PÚBLICO – sem carteira	1.163.000	751.000
MILITAR E SERVIDOR ESTATUTÁRIO	5.071.000	3.654.000
EMPREGADOR (A)	1.098.000	2.670.000
CONTA PRÓPRIA	8.334.000	15.503.000
TRABALHADOR FAMILIAR AUXILIAR	1.268.000	769.000

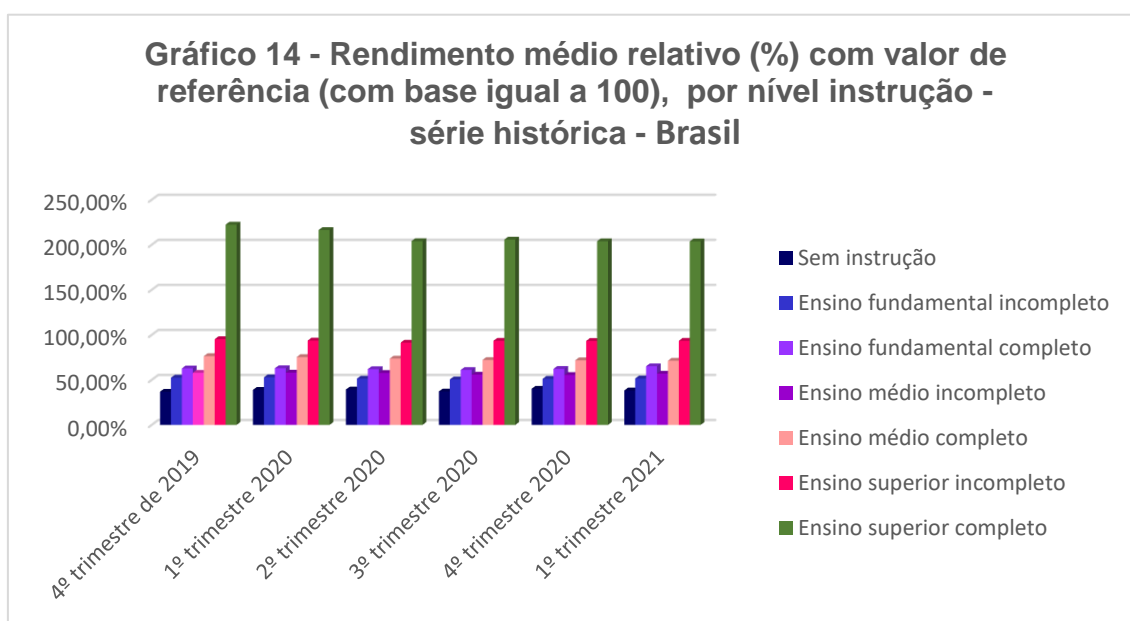
Fonte: NPEGen. Mulheres no mercado de trabalho no 4º trimestre de 2020. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 04, março de 2021. Disponível em: https://www.facamp.com.br/wp-content/uploads/2021/06/NPEGen_Mulheres-no-Mercado-de-Trabalho_1_trimestre_21.pdf. [acesso em 29 agosto 2021]

Percebe-se, assim, que a participação das mulheres no mercado de trabalho, exceto a posição de militar e servidor estatutário, trabalhador doméstico e setor público com e sem carteira assinada, é bem inferior ao dos homens nos dois trimestres apresentados anteriormente. Isso pode ser explicado, pois sabe-se que a participação feminina tem forte ligação com os mecanismos à disposição destas para facilitar a conciliação entre o trabalho e família. Mas conforme Sousa e Guedes (2016, pg. 128), “quanto maior a desfamiliarização dos cuidados da figura feminina, maior tende a ser a inserção das mulheres no mercado de trabalho, em empregos formais e de jornadas integrais.” Logo, a ocupação que mais se destaca entre as mulheres no primeiro trimestre de 2021 era no setor privado, porém, 31,13% a menos do que os homens. Além disso, a presença das mulheres no trabalho doméstico foi 6,23 vezes maior do que dos homens. Quando se nota a informalidade no trabalho doméstico, as mulheres ocupam 13,71 vezes a mais do que os homens.

Dessa maneira, observa-se que a crise econômica introduzida pela pandemia do novo coronavírus aprofundou algumas das desigualdades entre homens e mulheres observadas no mercado de trabalho em termos de renda pois as mulheres encontram-se em situação desvantajosas no que se refere aos rendimentos do trabalho segundo a posição na sua ocupação.

ii. Rendimentos do trabalho no Brasil – por nível de instrução

Outra forma de comparação relevante para os rendimentos é a observação do rendimento médio por nível de instrução. O gráfico 14 mostra os rendimentos médios do Brasil com a base 100. Como era de se esperar, o aumento no nível de instrução acarreta um aumento dos salários.



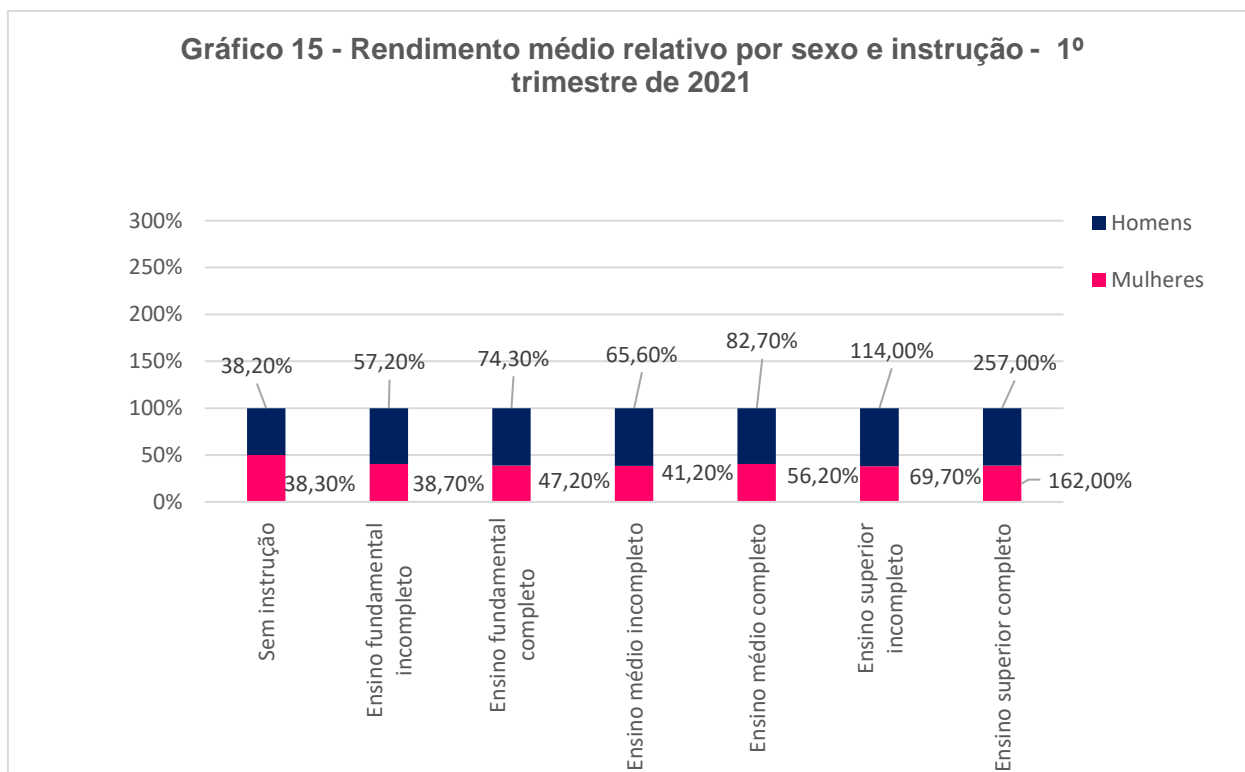
Fonte: NPEGen. Mulheres no mercado de trabalho: série histórica. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 04, março de 2021. Microdados da PNAD Contínua trimestral. Elaborada pela autora.

Conforme o gráfico 14, no cenário de pandemia, à medida que se aumenta o grau de escolaridade, maiores são os rendimentos médio. Percebe-se, por exemplo que quem tinha ensino médio completo no primeiro trimestre de 2021 recebeu 71,20% do rendimento médio total, (considerando o valor de referência 100) enquanto no mesmo

período do ano anterior era de 75,30%, uma redução de 5,4%. Já quando se tem ensino superior completo no primeiro trimestre de 2021 recebeu 203,70% e no primeiro trimestre de 2020 o valor era de 216,30% do rendimento médio total, uma redução de 5,82% mas o rendimento é superior aos demais níveis de instrução amenizando assim, os efeitos da perda. Assim, conforme Costa et.al (2018, pg.140) nesses casos tem-se a Teoria do Capital Humano que afirma que “níveis mais altos de educação correspondem a níveis mais altos de renda.

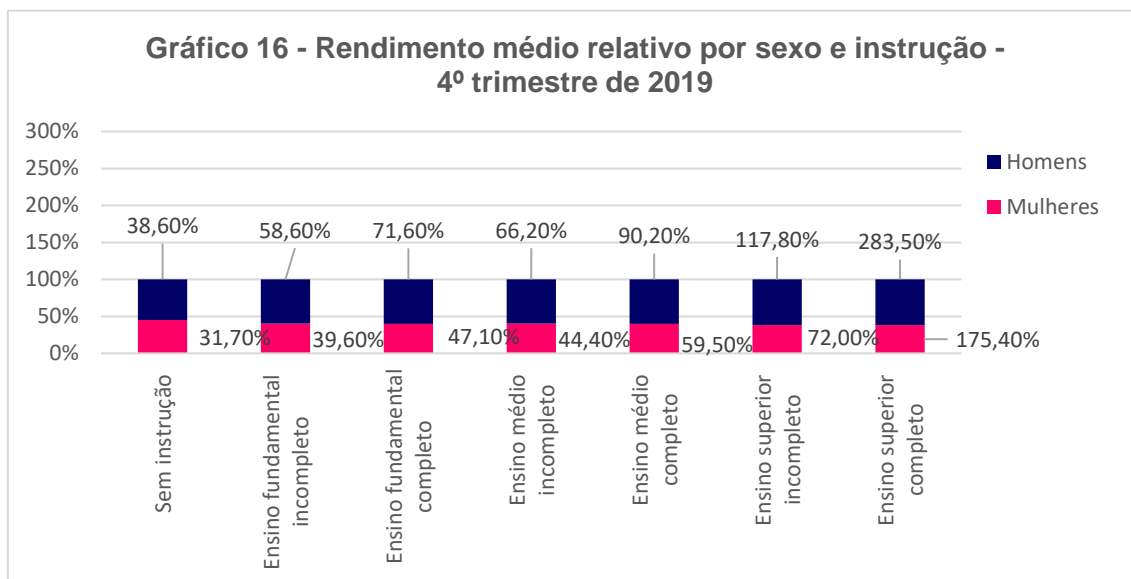
No entanto, o aumento da renda é acompanhado por aumento da desigualdade entre os sexos. No gráfico 15, tem-se a o Rendimento médio (valor de referência com base igual a 100) relativo por gênero e instrução, no 1º trimestre de 2021 no qual é possível notar que os homens chegaram a receber muito mais. Homens com ensino médio completo receberam 82,70% do rendimento médio total (valor de referência base 100) enquanto as mulheres foram 56,20% do rendimento médio total, ou seja, o rendimento das mulheres nesse nível de instrução equivaleu a 47,15% dos homens. Já quando se refere ao nível superior completo, o percentual dos homens foi 257,% do rendimento total (ultrapassando o valor de referência base 100) enquanto as mulheres foi 162% (também ultrapassando o valor de referência base 100), ou seja, o rendimento das mulheres nesse nível de instrução equivaleu a 58,64% dos homens.

Os resultados para o 1º trimestre de 2021 mostraram, no entanto, que quando consideradas as pessoas sem instrução, o rendimento médio das mulheres e homens se equivaleram, mostrando que o baixo rendimento das pessoas ocupadas nas atividades mais precárias, relacionados ao baixo nível de instrução, não discrimina gênero. Porém, à medida em que aumenta o nível de instrução, aumentam as diferenças e a segmentação por gênero, em que mulheres recebem rendimentos abaixo daqueles recebidos pelos homens com mesmo o maior de instrução.

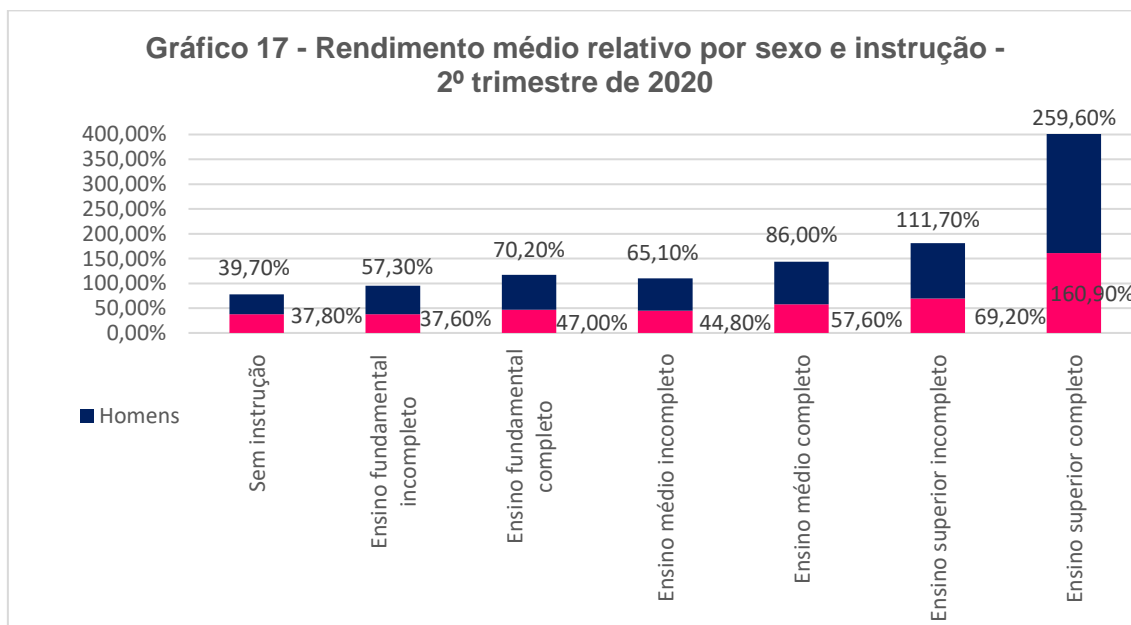


Fonte: NPEGen. Mulheres no mercado de trabalho: série histórica. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 04, março de 2021. Microdados da PNAD Contínua trimestral. Elaborada pela autora.

Esse resultado pode ser notado em períodos pré-pandemia bem como o início dela. Para efeito de comparação e para corroborar com o resultado anterior, os gráficos 16 e 17 mostram o 4º trimestre de 2019 e 2º trimestre de 2020 e apresentam a mesma tendência no qual os homens recebem um rendimento bem superior ao das mulheres em cada nível educacional.



Fonte: NPEGen. Mulheres no mercado de trabalho: série histórica. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 04, março de 2021. Microdados da PNAD Contínua trimestral. Elaborada pela autora.



Fonte: NPEGen. Mulheres no mercado de trabalho: série histórica. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 04, março de 2021. Microdados da PNAD Contínua trimestral. Elaborada pela autora.

Assim, como visto nas sessões 5.1 e 5.2 desse trabalho, o nível de escolaridade das mulheres é superior ao dos homens, porém o mercado de trabalho não reflete essa situação no que se refere a renda e há um elevado grau de desigualdade. Historicamente, mulheres possuem desvantagens na área, como menor participação na força de trabalho, ocupação de setores e cargos menos valorizados, e menores salários. E a pandemia só veio agravar essa situação.

No intuito de amenizar tal impacto, o governo brasileiro como medida para assegurar uma renda mínima no período de crise econômica e do emprego em razão da pandemia, aprovou o Auxílio Emergencial (AE). (Medida Provisória n.936/2020). Segundo Lima “a Lei 13.982/2020 na qual foi prevista o Auxílio Emergencial, consistiu na concessão do valor de R\$ 600,00 durante um período de três meses (entre abril e agosto) para trabalhadores informais, microempreendedores (MEI), autônomos e desempregados.”(LIMA, 2021, pg 33). Porém, como a pandemia se estendeu mais do que três meses previstos inicialmente, em junho de 2020 o governo federal por meio do Decreto n. 10.412 prorrogou o auxílio emergencial para mais dois meses e logo em seguida a MP 1000/20 prorrogou os pagamentos para o período de setembro a dezembro de 2020, porém concedendo parcelas de R\$ 300,00 e com novos critérios para os beneficiários (LIMA, 2021). Em dezembro de 2020 esse programa atendeu 70 milhões de pessoas e cerca de 41% dos domicílios brasileiros. Já em 2021, o Governo Federal realizou uma nova rodada do Auxílio Emergencial no qual pagou quatro parcelas de abril a agosto desse ano com valores de R\$ 150, R\$ 250 e R\$ 375. A tabela 10 a seguir mostra os percentuais distribuídos em novembro de 2020 entre as regiões do Brasil no qual as regiões norte e nordeste receberam as proporções maiores do AE.

Unidade da Federação	Domicílios que receberam auxílios emergenciais	Unidade da Federação	Domicílios que receberam auxílios emergenciais	Unidade da Federação	Domicílios que receberam auxílios emergenciais
Amapá - AP	70,1	Bahia - BA	54,4	Mato Grosso - MT	40,3
Pará - PA	61,1	Paraíba - PB	53,7	Minas Gerais - MG	38,8
Maranhão - MA	60,2	Sergipe - SE	53,6	Mato Grosso do Sul - MS	37,9
Alagoas - AL	58,4	Rio Grande do Norte - RN	52,8	Rio de Janeiro - RJ	34,9
Piauí - PI	57,5	Roraima - RR	48,3	Paraná - PR	32,8
Acre - AC	56,9	Tocantins - TO	47,1	São Paulo - SP	32,1
Amazonas - AM	56,8	Rondônia - RO	46,2	Distrito Federal - DF	28,9
Ceará - CE	55,1	Goiás - GO	43,1	Rio Grande do Sul - RS	27
Pernambuco - PE	54,5	Espírito Santo - ES	42,2	Santa Catarina - SC	22

Fonte: Fonte: IBGE-PNAD-COVID-19. Nível geográfico: Brasil. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Elaborado pela autora. [acesso 14 agosto 2021]

Além disso, a perda de emprego como visto nas sessões anteriores atingiu principalmente as mulheres. Como visto, em média, ela têm menor rendimento que os homens, e, portanto, pode-se concluir que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres foram mais atingidas pela perda de renda. Foi devido a essa realidade que o projeto de lei aprovado pelo governo federal priorizou as mulheres provedoras do lar a receberem o Auxílio Emergencial de R\$ 1.200,00 de abril a maio de 2020, conforme os critérios para o acesso ao benefício previstos na Lei nº 13.982, regulamentada pelo decreto 10.316. (GOVERNO FEDERAL, 2021). A extensão do AE que trata a MP nº1000, de 2020 prolongou o recebimento por mais dois meses mantendo os mesmos valores e mais quatro meses com valor reduzido de R\$ 600,00. (GOVERNO FEDERAL,

2021). Já em 2021, a mulher provedora de família monoparental teve direito a quatro parcelas mensais no valor de R\$ 375,00.

Portanto, os dados da Pnad contínua demonstram que a pandemia afetou a todos, embora seus efeitos tenham sido mais agudos e profundos no que se refere ao gênero feminino e para os grupos de trabalhadores com grau de escolaridade inferior. Conforme Bridi:

“a deterioração do mercado de trabalho brasileiro tem relação com as novas configurações do trabalho na esteira do neoliberalismo dos anos 1980, 1990, com a reorganização das empresas e a produção de tipo enxuta e flexível e o conjunto de alterações na regulação dos direitos do trabalho que tornou o trabalho ainda mais flexível, desprotegido e inseguro. A pandemia da Covid-19, contudo, escancara as diversas desigualdades no trabalho, reguladas ainda que temporariamente pelas MP n.927 e n.936, visto que afetam a classe trabalhadora como um todo, mas de formas específicas em cada contexto regional, dependendo dos tipos de vínculo de trabalho, idade, escolarização, sexo, raça e tipo de atividade.” (BRIDI, 2020, pg. 157,)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou avaliar os impactos da pandemia no mercado de trabalho em termos de gênero e escolaridade com base nos dados da PNAD Contínua e PNAD Covid-19. Para averiguar os impactos foram analisados os principais indicadores do mercado de trabalho: taxa de participação, taxa de desocupação e rendimento médio relativos ao sexo e nível de instrução. Diante desse levantamento, verificou-se que houve um aumento da taxa de desocupação e de subutilização da força de trabalho bem como queda nas taxas de participação na força de trabalho mas de forma assimétrica no que se refere a questão de gênero. De fato, os mais afetados em termos de perda de ocupação foram as mulheres e os de menor nível de escolaridade.

Assim, notou-se pelos dados históricos a inclusão para as mulheres no mercado de trabalho ao longo dos anos, porém, tal avanço não foi capaz de equalizar a divisão sexual do trabalho no país e, por isso, percebeu-se no contexto da pandemia, uma

diminuição na força de trabalho dos homens que ocupam predominantemente o setor produtivo privado, apesar de ter havido uma elevação em sua participação nos trabalhos domésticos, e às mulheres com uma diminuição ainda maior na participação no mercado de trabalho, apesar de sua ocupação no setor público e privado, mas muito aquém a dos homens.

A pesquisa mostrou que dentre os motivos dos homens estarem fora da força de trabalho foi devido de serem muito idosos ou muito jovens. Já com relação aos motivos das mulheres foi principalmente aos afazeres domésticos. Assim, a desigualdade social pré-existente amplifica os novos problemas gerados pela crise sanitária e econômica da Covid-19 uma vez que além do trabalho formal, há ainda as responsabilidades que elas têm com os cuidados de casa e com os filhos, porém, muitas acabam priorizando as atividades e cuidados do lar. É preciso reconhecer que há uma difícil conciliação entre trabalho e família nos países em que a estrutura de apoio aos cuidados é precária, como no Brasil. Nesse sentido, as mulheres em idade ativa dividem-se entre o trabalho de cuidado na família e o mercado de trabalho, onde tem menor participação que os homens, caracterizando uma situação de maior dependência econômica do sexo feminino

Além disso, a maior taxa de desocupação acontecer entre as mulheres decorreu principalmente porque as atividades que geralmente são ocupadas por mulheres foram as mais afetadas pela pandemia. Os resultados dos microdados mostrou a maior proporção de mulheres nos serviços domésticos, enquanto as atividades dos homens foram no setor privado e por conta própria. Com o advento da crise sanitária provocada pela Covid-19, o distanciamento social foi a solução apresentada pelas equipes científicas que acompanharam o desenvolvimento e avanço do contágio. O impacto do distanciamento social foi mais significativo nos setores e atividades que envolviam contato direto entre pessoas, com destaque para o setor de serviços, com as atividades sendo interrompidas e vários estabelecimentos ficaram fechados. Foi o caso de restaurantes e afins, hotéis, transporte aéreo, salões de beleza, de manicura, empregadas/os domésticas/os e cuidadoras foram dispensadas temporariamente ou de forma definitiva. Como o setor de serviços congrega muitos trabalhadores e pequenos negócios informais, o distanciamento social teve um importante impacto, neste setor, sobre o emprego das mulheres bem como em sua renda. No que se refere a renda, percebeu-se que historicamente, as mulheres têm desvantagens no mercado de trabalho

considerando a renda média mas no contexto da pandemia isso só veio agravar essa situação. Os rendimentos que elas receberam foram inferiores aos recebidos pelos homens durante a pandemia e diante dessa realidade ficou evidente a fragilidade das mulheres chefes de família, o que levou à alteração e aprovação do Auxílio Emergencial para que as mulheres chefes de família com filhos menores recebessem R\$ 1.200,00 reais durante três meses, R\$ 600,00 durante quatro meses e R\$ 375,00 durante mais quatro meses. Esta foi uma vitória construída no plenário da Câmara Federal, já que o projeto de lei não tinha considerado esta questão no início da pandemia. Esta medida foi muito importante porque as mulheres sozinhas, chefes de família e com filhos menores são, em grande maioria, trabalhadoras informais e, conseqüentemente, mais vulneráveis no atual contexto brasileiro.

Para a análise do impacto da pandemia na taxa de desocupação, ocupação e renda considerando o nível de escolaridade ficou evidente e como era de se esperar que o aumento no nível de instrução acarreta um aumento na participação da força de trabalho mesmo no contexto de pandemia. Quanto maior o nível de escolaridade, menor a chance do trabalhador perder seu emprego em períodos de crise no mercado de trabalho. Os resultados do microdados da PNAD Contínua mostraram que a série histórica da taxa de desocupação para as pessoas que tinham ensino superior completo é bem menor do que para aqueles que possuem apenas formação intermediária (ensino fundamental ou médio). Além disso, no que se refere a renda, nota-se que há uma relação entre renda e educação, correspondendo, assim, a níveis médios mais elevados para pessoas com grau de instrução maior.

No entanto, ficou evidente que no que se refere ao grau de instrução entre homens e mulheres, o mercado de trabalho reage de forma desigual. Foi mostrado que o nível de escolaridade entre as mulheres ao longo da série histórica considerando a educação básica e obrigatória supera a dos homens e mesmo assim as taxas de desocupação são mais elevadas entre as mulheres. Assim, os microdados da PNAD continua apresenta a fraca força de trabalho e a dificuldade de retorno ao mercado de trabalho tanto para homens quanto para mulheres mas no caso delas, essa taxa sempre foi superior à dos homens mesmo tendo nível de instrução maior. Além disso, quando se observa a renda nota-se a diferença entre homens e mulheres que fica cada vez maior. Apenas quando consideradas as pessoas sem instrução, o rendimento médio das mulheres

e homens se equivaleram, mostrando que o baixo rendimento das pessoas ocupadas nas atividades mais precárias, relacionados ao baixo nível de instrução, não discrimina gênero. Porém, à medida em que aumenta o nível de instrução, aumentam as diferenças.

Diante desse cenário, é possível afirmar que as mulheres foram mais afetadas tanto em termos de ocupação, participação no mercado de trabalho e rendimento. Os caminhos futuros apresentam desafios imensuráveis impostos pela crise da pandemia do coronavírus dados os efeitos significativos sofridos, em especial, pelos mais vulneráveis em especial, a população com nível de escolaridade baixa e as mulheres. Os resultados apresentados nesse trabalho vêm reforçar a necessidade de respostas imediatas em termos de políticas direcionadas para estes grupos da população que forma mais afetados pela crise. O governo brasileiro através das medidas de transferência de recursos conseguiu de forma tímida aliviar os problemas decorrentes da crise, mas ainda está longe de solucionar efetivamente os problemas seja de saúde quanto no que se refere ao mercado de trabalho.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo; HECKSHER, Marcos Dantas. **Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19 : ampliação de desigualdades já existentes?**. Repositório Ipea. Julho 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercdetrabalho.pdf> [Acesso em 17 maio 2021]

BARBOSA FILHO, F. de H.; MOURA, R. L. de. **Evolução recente da informalidade do emprego no Brasil: uma análise segundo as características da Oferta de trabalho e o setor**. Pesquisa e Planejamento Econômico, Brasília, v.45, n.1, 2015

BIRON, Lisa; GOMES, Livia Gouvêa. **Mulheres e mercado de trabalho: a crise da covid-19 no emprego feminino no Brasil**. Ideação: inovação em gestão pública. Maio de 2021. Disponível em: <<https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/mulheres-e-mercado-de-trabalho-a-crise-da-covid-19-no-emprego-feminino-no-brasil/>> [acesso 25 junho 2021]

BORGES, G.M., R. NEPOMUCENO, M. **A contribuição da demografia para os estudos de mortalidade em tempos de pandemia**. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 37, 1–9. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0124>> [acesso 17 maio 2021]

BRASIL, Agência. IBGE: **Estudo mostra desigualdade de gênero no mercado de trabalho**. 04 março 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/agencia-brasil/2021/03/04/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho.htm>> [acesso 08 agosto 2021]

BRIDI, Maria Aparecida. **"A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil"**. *Estudos Avançados* 34.100 (2020): 141-165. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.010>> [Acesso em 25 maio 2021]

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos. Tema em destaque - conciliação entre trabalho e família**. Fundação Carlos Chagas, Grupo de Pesquisas Socialização de Gênero e Raça . Dezembro 2007. Pg. 537 -572. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>> [acesso em 28 agosto 2021]

CARDOSO DE MELO, Maria Fernanda; GORAYEB, Daniela S.; SARRIS, Georgia C; FILLETI, Juliana de P.; **Mulheres no mercado de trabalho no 4º trimestre de 2019**. In FACAMP Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho. Campinas: Editora FACAMP, volume 01, número 04, março de 2020. Disponível em: <<https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/mulheres-no-mercado-de-trabalho-no-4o-trimestre-de-2020/>> [acesso em 22 agosto 2021]

CARNEIRO, Luciane. **Taxa de desemprego no Brasil bate recorde no primeiro trimestre. Valor. Maio de 2021**, São Paulo. Disponível em: <

<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/05/27/taxa-de-desemprego-no-brasil-bate-recorde-no-primeiro-trimestre.ghtml> [acesso 07 agosto 2021]

CORTES, Guido Matias; FORSYTHE, Eliza. **Os impactos heterogêneos no mercado de trabalho do pandemia de Covid-19. Junho 2020. 37 páginas.** Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3634715> [Acesso 28 maio 2021]

COSTA, Edward Martins et.al. **Diferenciais de Rendimentos entre Raças e Gêneros, nas Regiões Metropolitanas, por Níveis Ocupacionais: uma análise através do pareamento de Nopo** . Estud. Econ., São Paulo, vol.48 n.1, p. 137-173, jan.-mar. 2018 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ee/a/wbHf6rqPPvqh7H3qHBKQF4S/?lang=pt> >[acesso em 14 agosto 2021]

COSTA. Simone da Silva. **Pandemia e desemprego no Brasil.** Revista de Administração Pública. |Rio de Janeiro 54(4): 969-978, jul. - ago. 2020. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-rap-54-04-969.pdf>> [Acesso em 20 maio 2021]

COSTA, Lígia Maria Cantarino; HAMANN, Edgar Merchan. **Pandemias de influenza e a estrutura sanitária brasileira: breve histórico e caracterização dos cenários.** Brasília 2016. Disponível em:< <http://icex.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/236/2018/03/da-CostaMerchan-Hamann-2016-INFLUENZA.pdf>> [acesso 21 maio 2021]

DUQUE, Daniel; MARTINS, Tiago; PERUCHETTI, Paulo. **Mercado de trabalho no Brasil: situação atual e desafios para o futuro. Blog do IBRE. Boletim Macro Ibre de novembro de 2020.** Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/mercado-de-trabalho-no-brasil-situacao-atual-e-desafios-para-o-futuro>. [acesso em 31 julho 2021]

FACHINELLO, Arlei Luiz. **Avaliação do impacto econômico de possíveis surtos da gripe aviária no Brasil:** uma análise de equilíbrio geral computável. 2008. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008. Disponível em: <[doi:10.11606/T.11.2008.tde-17072008-150109](https://doi.org/10.11606/T.11.2008.tde-17072008-150109)> [acesso em: 24 maio 2021]

FILGUEIRAS, V. **As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade.** In: KREIN, J. D.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; FILGUEIRAS, V. (Org.) Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Campinas: Editora Curt Nimeundajú, 2019. Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/reforma-trabalhista-no-brasil-promessas-e-realidade/>> [acesso em 25 maio de 2021]

GORAYEB, D.; SARRIS, G. C; FILLETI, J.; CARDOSO de MELO, M.F. **“Boletim Mulheres no mercado de trabalho – 2º trim. 2019”.** In FACAMP: MMT. Campinas: Editora FACAMP, volume 01, número 02, agosto de 2019. Disponível em:

<<https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/boletim-mulheres-no-mercado-de-trabalho-3o-trimestre-2019/>> [acesso em 22 agosto 2021]

GORAYEB, Daniela S.; SARRIS, Georgia C; FILLETI, Juliana de P.; CARDOSO de MELO, Maria Fernanda; **Mulheres no mercado de trabalho no 1º trimestre de 2020**. In FACAMP Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 01, junho 2020. Disponível em: <<https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/mulheres-no-mercado-de-trabalho-no-1o-trimestre-de-2020/>> [acesso em 22 agosto 2021]

GOVERNO FEDERAL. **Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda**. 2021. Disponível em: <<https://servicos.mte.gov.br/bem/>>. [acesso 07 agosto 2021a]

GOVERNO FEDERAL. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e socioeconômicas**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/9d6f4faeda1f1fb7532be7a9240cc233.pdf> [acesso 08 agosto 2021b]

GOVERNO FEDERAL. **Auxílio Emergencial**. Notícia. Setembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/09/auxilio-emergencial-extensao-publicado-calendario-de-pagamento> [acesso em 22 agosto 2021c]

GREGÓRIO, Arsénio Cristina. **Impacto das estratégias de saúde na organização do plano de contingência da pandemia de gripe do centro hospitalar do barlavento algarvio**. Faro. 2008. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/61499574.pdf> > [acesso 21 maio 2021]

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFICA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC/T)**. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados>>. [acesso em 13 maio 2021]

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFICA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – COVID-19. (PNAD-COVID)**. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/> [acesso em 13 maio 2021]

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2018. 149 pg. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>> [acesso 14 agosto 2021]

KHAMIS, Melanie et.al. **Market Impacts of COVID-19 in Developing Countries: Evidence from High-Frequency Phone Surveys**. International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank . Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35044/The-Early->

Labor-Market-Impacts-of-COVID-19-in-Developing-Countries-Evidence-from-High-frequency-Phone-Surveys.pdf?sequence=6&isAllowed=y> [acesso em 28 maio 2021]

KUGLER, Maurice et.al. **How Did the COVID-19 Crisis Affect Different Types of Workers in the Developing World?** Discussion paper series. IZA DP No. 14519. Junho 2021. Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp14519.pdf> [acesso 10 julho 2021]

LAMEIRAS, Maria Andreia Parente. HECKSHER, Marcos Dantas. PNAD –COVID-19. Divulgado em 31 de maio de 2021. Principais destaques. **Carta de conjuntura**. n.51 nota 19. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210531_cc_51_nota_19_indicadores_mensais_mercado_de_trabalho.pdf> [acesso 04 junho 2021]

LIMA, Janaína Maria Martins. **Impactos da pandemia de Covid-19 nos trabalhadores informais do Brasil: Um estudo sobre ocupação e rendimento**. Universidade Federal de São Paulo. Osasco. 2021. 46 páginas. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60483>> [Acesso 01 junho 2021]

MARQUES, Rita de Cassia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; PIMENTA, Denise Nacif. **A pandemia de covid-19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo presente**. Coleção história do tempo presente: volume III. FIOCRUZ. 27 novembro 2020. Disponível em: < <https://portal.fiocruz.br/documento/pandemia-de-covid-19-intersecoes-e-desafios-para-historia-da-saude-e-do-tempo-presente>> [acesso 24 maio 2021]

MATTEI, Lauro; VICENTE, Loeblein Heinen. **"Panorama do mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2018."** XXIV Encontro Nacional de Economia Política (2019). Cortes, Guido Matias, and Eliza Forsythe. "The heterogeneous labor market impacts of the Covid-19 pandemic." Available at SSRN 3634715 (2020).

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Governo lança Programa Emergencial de Manutenção do Emprego para enfrentar efeitos econômicos da Covid-19**. Brasília, DF. 01 abril 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/governo-lanca-programa-emergencial-de-manutencao-do-emprego-para-enfrentar-efeitos-economicos-da-covid-19>> [acesso em 19 maio 2021]

NPEGEN. Mulheres no mercado de trabalho no 3º trimestre de 2020. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 03, novembro de 2020. Disponível em: < <https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/boletim-mulheres-no-mercado-de-trabalho-terceiro-trimestre-de-2020/>>. [acesso em 22 agosto 2021]

NPEGEN. Mulheres no mercado de trabalho no 4º trimestre de 2020. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 04, março de 2021. Disponível em: <https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/boletim-mulheres-no-mercado-de-trabalho-4o-trimestre-de-2020/> [acesso em 22 agosto 2021]

PIERI, Renas. **Retratos da educação no Brasil**. INSPER. São Paulo, 2018. <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Retratos-Educacao-Brasil.pdf> acesso em 07 agosto 2021.

PIRES, Ana Teresa; OTTONI, Bruno; GOMES, Carlos. Trabalho remoto em tempos de pandemia. FGV IBRE. Fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/trabalho-remoto-em-tempos-de-pandemia>> [acesso 09 setembro 2021]

ROCHA, Cleiton. **Trabalhando com os microdados da PNAD COVID19 no R**. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <<http://estatidados.com.br/trabalhando-com-os-microdados-da-pnad-covid19-no-r/>> [acesso em 13 maio 2021]

SARRIS, Georgia C; FILLETI, Juliana de P.; CARDOSO de MELO, Maria Fernanda; GORAYEB, Daniela S.; Mulheres no mercado de trabalho no 2º trimestre de 2020. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 02, setembro de 2020. Disponível em: <https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/mulheres-no-mercado-de-trabalho-segundo-trimestre-de-2020/> [acesso em 22 agosto 2021]

SOUSA, Luana Passos de.; GUEDES, Dyeggo Rocha. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década**. Estudos avançados (87), 2016, pg. 123-129. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?format=pdf&lang=pt>> [acesso 29 agosto 2021]

SUTTO, Mariana Fonseca Giovanna. **Participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos – e a pandemia é parte do problema**. São Paulo. 4 fev 2021. Disponível em:<

<https://www.infomoney.com.br/carreira/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos-e-a-pandemia-e-parte-do-problema/>>[acesso 07 agosto 2021]

TAUBENBERGER, Jeffrey; MORENS, David. 2006. **1918 Influenza: The Mother of All Pandemics**. Emerging Infectious Diseases, 12(1): 15-22. 2006. Disponível em:<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3291398/pdf/05-0979.pdf>>[Acesso 21 maio 2021]

VELOSO, Fernando. **O impacto da pandemia no mercado de trabalho**. Blog do Ibre. (Sites FGV). 22 março 2021. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-impacto-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho>> [acesso em 17 maio 2021]

VYNNYCKY, E; EDMUNDS, WJ. **Analyses of the 1957 (Asian) influenza pandemic in the United Kingdom and the impact of school closures**. Epidemiol Infect., v. 136,

n. 2, p.166-179, feb. 2008. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/340739430_Understanding_Dynamics_of_Pandemics/link/5eb2ecc092851cbf7faa22dd/download> [Acesso em 21 maio 2021]